

LISBOA

BOLETIM DO
GRUPO

"AMIGOS DE
LISBOA"



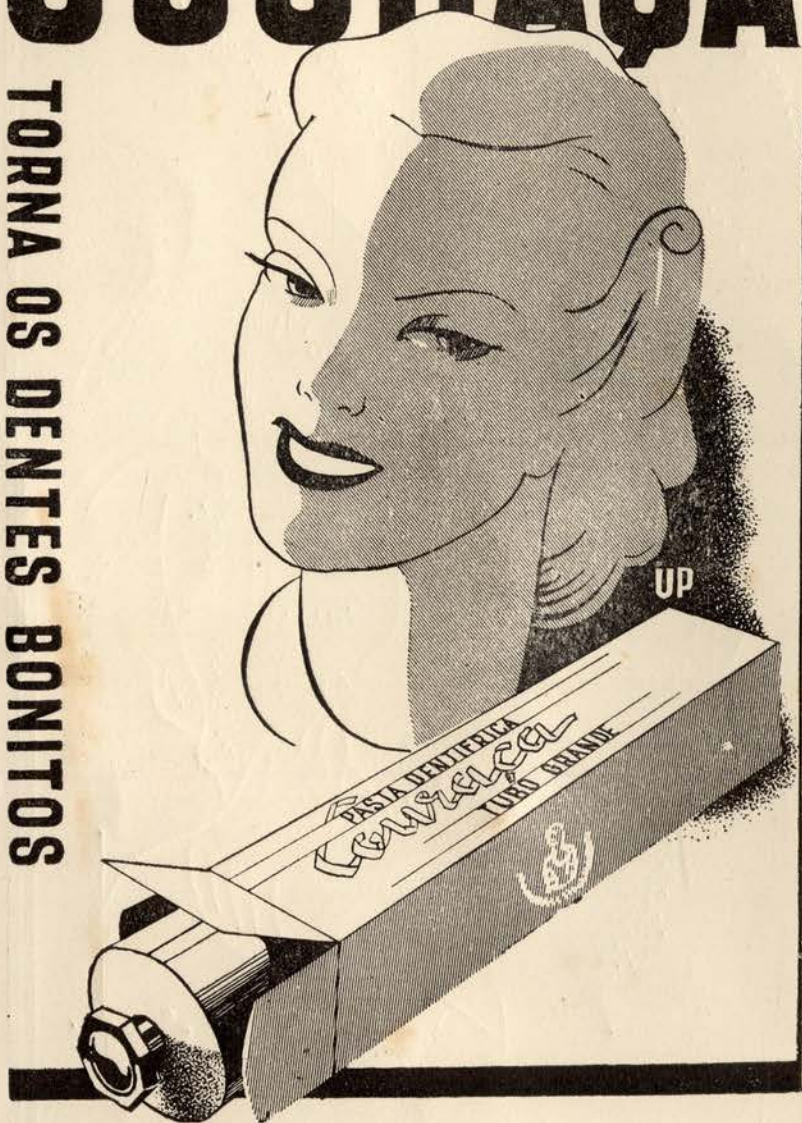
ANO VIII
N.º 30

ABRIL
1945



COURAÇA

TORNA OS DENTES BONITOS



ÂNGELO G. RAMALHEIRA

— ENGENHEIRO CIVIL —

CONSTRUÇÕES
PROJECTOS DE ESTABILIDADE
BETÃO ARMADO

Rua da Madalena, 211-3.º — LISBOA

TELEFONES 28933—51556

CASA AFRICANA

Rua Augusta, 161 / Telef. 2 4264-65 P B X / **Lisboa**
R. Sá da Bandeira, 166 / Telef. 1361 P B X / **Pôrto**

Secção de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sêdas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrozaria, Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para

HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

Preços fixos e marcados em todos os artigos
ON PARLE FRANÇAIS **ENGLISH SPOKEN**

UM BOM LIVRO
UM BOM JORNAL
SÓ NA

EDITORIAL
IMPÉRIO

◆◆◆◆◆◆◆◆◆◆ LIMITADA ◆◆◆◆◆◆◆◆◆◆



OFICINAS GRÁFICAS



RUA DO SALITRE, 151-155 — LISBOA
TELEFONE P. B. X. 53173/4

VINHOS DE XEREZ

Da casa R. C. IVISON

AMONTILLADO — Muito velho e sêco

VOX — "Very old Xerez"

Da casa Williams & Humbert

DRY SACK — Velhíssimo

AGENTES

Guilherme Graham Júnior & Ca.

Rua dos Fanqueiros, 7
LISBOA Tel. 20066/9

Rua dos Clérigos, 6
PORTO Tel. 880/1

P A P E L A R I A
C A M Õ E S

DE

Augusto, Rodrigues & Brito, Lda.

Secção de Tipografia, Encadernação
e Pautação — Trabalhos simples e de luxo

Pincéis, telas e tintas de óleo, para
aguarela, desenho e guaches das
marcas: **Lefranc, Windor, Pelikan**
e **Schmincke**

42 — Praça Luis de Camões — 43 — LISBOA
Telefone 2 3063

Um livro de alto
interêsse cultural

**Oito séculos de história
Luso - Alemã**

de **E. A. Strasen e Alfredo Gândara**


História pura, baseada em textos
e documentos

Largas referências a Lisboa e a figuras
e monumentos à sua história ligados

554 páginas — 320 gravuras no texto
3 iluminuras — Índice onomástico
2 quadros genealógicos anexos

Uma das mais belas e luxuosas
edições saídas dos prelos portugueses

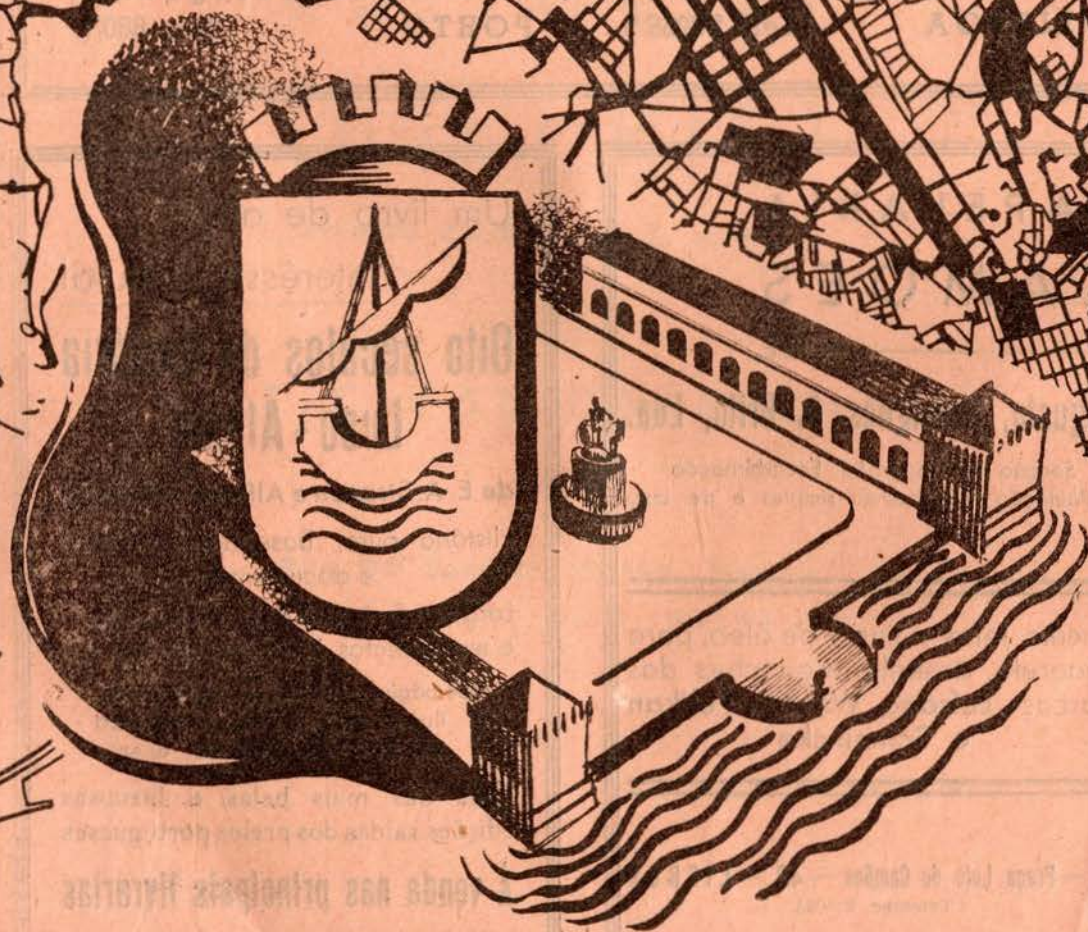
À venda nas principais livrarias



São milhares de quilómetros de canalizações e cabos, sem os quais não haveria indústria, nem comércio, nem bem-estar!

As C. R. G. E. pela própria natureza da sua função económico-social — proporcionando aos seus consumidores uma vida melhor e mais agradável — realizam com inquebrantável vontade o seu desígnio de «BEM — SERVIR».

COMPANHIAS REÜNIDAS GÁS E ELECTRICIDADE



EXPOSIÇÕES



GRÁFICOS

Recortes, letras em madeira e cortiça
Trabalhos de Carpintaria e Marcenaria

Tel. 2 1483 ☪ 42, RUA DA VINHA, 42-A ☪ LISBOA

CHÁ CELESTE
preto e verde, uma delicia!

E. PINTO BASTO & C.^A L.^{DA}

Navegação

Seguros

Exportações

Etc., etc.

Carvão

Representações

Transitários

NO PORTO

KENDALL, PINTO BASTO & C.^A L.^{DA}



Fácil de preparar, de sabor agradável, é um excelente reconstituente altamente nutritivo e de notável digestibilidade, — O alimento ideal para colegiais, desportistas, jovens, mãis enfraquecidas, débeis, convalescentes e pessoas idosas.

NESCAO

É UM PRODUTO NESTLÉ

A marca que inspira confiança

EMPRESA NACIONAL DE APARELHAGEM ELÉCTRICA TEL.º 62177-62178
AVENIDA 24 DE JULHO 158 - LISBOA

LÂMPADAS
GERADORES
MOTORES ELÉCTRICOS — TRANSFORMADORES

LUMIAR

ENAE
Fabrico nacional

ADQUIRIR O NOSSO MATERIAL
É GARANTIA DE OBTER MATERIAL DE QUALIDADE SUPERIOR

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

Em 1881, há 64 anos,
a EMPRESA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

constituíu-se com dois vapores no total de 2.538 toneladas;

Em 1918, sucedeu-lhe a

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

que explora hoje cêrca de 86 mil toneladas e

AO SERVIÇO DO IMPÉRIO

leva o nome de Lisboa a todos os mares do Mundo.

AO PEDIR

ÁGUA MINERAL

PEÇA



LEVE, ESTOMACAL, LÍMPIDA

Efeitos imediatos na digestão

A' venda em tôda a parte

Parceria António Maria Pereira

RUA AUGUSTA, 44 A 54
LISBOA

Livraria Editora Fundada em 1848
Telefone 26080 Teleg. Ribeiro
2.ª edição End. teleg. Parceria-Lisboa
1845-1945

**Centenário do nascimento do grande
historiador, político e economista
J. P. de Oliveira Martins**

O escritor F. A. Oliveira Martins,
sobrinho do falecido historiador,
acaba de publicar

**SOCIALISMO NA MONARQUIA
Oliveira Martins
e a «VIDA NOVA»**

Notável contributo para a celebração do
centenário, em que nos surge, em toda a
grandeza, a alta personalidade moral e
política de Oliveira Martins

Atendendo ao grande número de ele-
mentos inéditos, poder-se-á considerar
esta obra, estudo definitivo sobre
o grande historiador

Preço: 20\$00. Edição da Parceria A. M. Pereira

Tapêtes Arraiolos

Uma marca portuguesa
sempre muito apreciada



Q U I N T Ã O

apresenta sempre uma
grande colecção

32, Rua Ivens-Telef. 26064

Tapêtes e Carpetes

Estão na ordem do dia.
«Beiriz» é uma grande
marca apresentada pela

CASA QUINTÃO

há vinte e cinco anos,
sempre com progressos.

Q U I N T Ã O

32, Rua Ivens-Telef. 26064

Móveis de Arte

Procure

no

Q U I N T Ã O

tudo o que precise.



32, Rua Ivens-Telef. 26064

Acaba de aparecer

«A Nossa Lisboa»

por Gustavo de Matos Sequeira

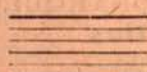
e Luís Pastor de Macedo

UM DOS MELHORES LIVROS QUE SE TÊM ESCRITO SOBRE LISBOA: SUA HISTÓRIA, SUAS TRADIÇÕES PERDIDAS, A NOMENCLATURA PITORESCA DAS SUAS TRAVESSAS E BECOS, SUAS FIGURAS TÍPICAS E POPULARES, SEUS USOS E COSTUMES, SUAS NOTAS ALEGRES E SENTIMENTAIS
1 grosso volume de mais de 400 páginas, com magníficos desenhos de Rocha Vieira e José Espinho e capa de Francisco Valença — Esc. 40\$00

A' venda em tôdas as livrarias

Edição da PORTUGAL EDITORA

Avenida da Liberdade, 13, 3.º — LISBOA

 **PÉROLA DO ROCIO, LDA.**

ENVIO DE ENCOMENDAS

Para todo o País e Estrangeiro

Casa especializada em Chá,
Café, Bolachas, Bombons,
e Chocolates

Rocio, 105-Lisboa

Telefone 20744

OLISIPO

DIRECTOR: MATOS SEQUEIRA

EDITOR: FRANCISCO VALENÇA

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

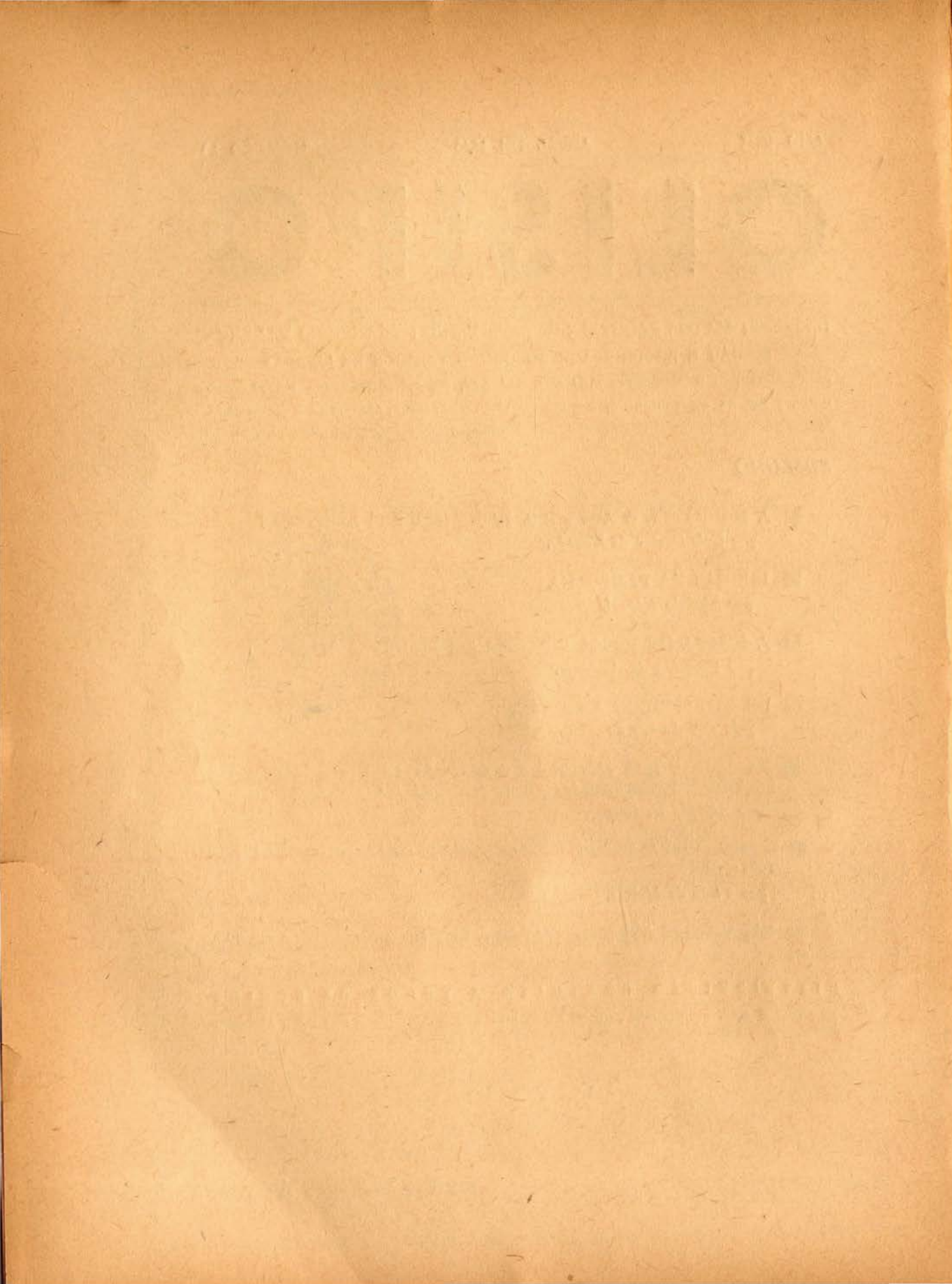
— REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA GARRETT, 62, 2.º — TELEFONE 25711 —
 COMP. E IMP. NA «EDITORIAL IMPÉRIO, LIMITADA»-R. DO SALITRE, 153-TELEF. 53173-LISBOA

SUMARIO

- A MOURARIA, O ARCO E A PACIENCIA DOS LISBOETAS
 por *Luiz Pastor de Macedo.*
- IGREJAS DA PAMPULHA
 por *Sidónio Miguel.*
- A IGREJA DE NOSSA SENHORA DE JESU
 por *Ferreira de Andrade.*
- DE QUE MORREU A SEVERA
 pelo *Dr. Amaro de Almeida.*
- NA VISITA DOS «AMIGOS DE LISBOA» ÀS INSTALAÇÕES DA
 SOCIEDADE COMERCIAL ABEL PEREIRA DA FONSECA
 por *Alfredo F. Ramos.*
- LISBOA VISTA PELOS ESTRANJEIROS — UMA DESCRIÇÃO DA
 CIDADE
 por *Tirso de Molina.*
- RELATÓRIOS APRESENTADOS À ÚLTIMA ASSEMBLÉIA GERAL



DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A TODOS OS SÓCIOS
 OS ARTIGOS AQUI PUBLICADOS SÃO DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES



A MOURARIA, O ARCO e a paciência dos lisboetas

O PROBLEMA N.º 1 DA CIDADE

por LUIZ PASTOR DE MACEDO

«E entom feyta esta obra (a conquista de Lisboa por el-Rei D. Afonso Henriques) ficarão hūs poucos de mouros, e eram caualeyros, e pedirão por merce a elrey q̃ os nō mandasse matar: e q̃ lhes desse hū logar apartado e q̃ podessē laurar e criar: e q̃ ficassē por seus seruos pa sempre; e fazēdolhes Elrey esta merce: q̃ elles lhe mostrariã grandes tesouros dauer q̃ hy iaziam escondidos».

El-Rei acedeu; os mouros ficaram no arrabalde da cidade, em sítio que se lhes designou; mas os tesouros escondidos, provàvelmente escondidos continuaram a ficar. Se assim foi, porém, a isso encolheu D. Afonso Henriques os ombros, e os infiéis lá começaram na sua mouraria a cultivar os seus ortejos, a plantar as suas oliveiras, a fazer os seus lagares, a montar, talvez, a sua indústria dos barros...

Nasceram assim os nossos bairros da Mouraria e das Olarias.

Depois por ali estiveram em redor do seu alcaide, observando ou infringindo as leis do reino que a êles respeito diziam, trabalhando como mouros que eram, pagando os seus impostos, até que el-Rei D. Manuel, ainda não findado o século XV, acabou com as judiarias e as mourarias.

Destas últimas, a de Lisboa e o seu *almocavar*, tiveram o Hospital de Todos os Santos como herdeiro quási universal.



«E vendo elRei Dõ Fernãdo o grande dano, que os moradores de Lisboa tinham recebido dos Castelhanos, & como a mayor parte, & mais rica da cidade, foy saqueada & queimada, & feitas aos moradores della muitas violencias nas guerras passadas, por razão de não ser cercada toda: & como a mais rica & principal gente, por a vezinhança do mar, morava fora da cerca velha, & que todas as vezes que guerra ouvesse, estava sujeita ás mesmas injurias, & perigo, determinouse em a cercar, por conselho de Joanne Anes de Almada vêdor de sua fazenda. O qual lhe deu ordem, com que aquella obra, que a todos parecia impossivel, podela ver acabada os que a vissem começar, & que lhes parecia danosa, por a muita despeza, que se avia de fazer á custa do povo, & se fizesse muy em breve, & com pouca oppressão. Pelo que deixando elRei todos os inconvenientes, que lhe opunhão; seguindo o parecer de Joanne Anes, ordenou, que na obra daquella cerca servissem por seus corpos, pera em ser em breve acabada, da parte do mar, os moradores de Almada, Cezimbra, Palmella, Setubal, Couna, Benavente, Zamora Correa, & todo o Riba-Tejo. Da parte da terra, Sintra, Cascaes, Torres Vedras, Alanquer, Arruda, Atouguia, Lourinhã, Chilleiros, Máfora, Povos, que então chamavão a Cornága, Villa Franca, Aldeya Gallega, assi os moradores das Villas, como dos termos. E para ajuda destes muros, deu elRei os residuos da Cidade, & seu termo».

A muralha começou a fazer-se no dia 1 de Setembro de 1373 e foi dada por acabada no decorrer do ano 1375. *Cêrca Nova* chamaram-lhe os coetâneos e as gerações que se sucederam; por *Cêrca Fernandina* designâmo-la hoje.

Pois saiba-se que quando os *homens dos engenhos* apresentaram o plano da grandiosa obra ao *Rei Formoso* — junto do qual estava o seu amigo e conselheiro Joanes Anes de Almada — e iam escorrendo as razões por que na muralha se rasgariam estas e aquelas portas, quando indicaram a que se abriria no sopé do monte do Castelo, muito próxima ao rêgo que de *Arrujos* vinha, explicaram;

— Esta, Senhor, é para dar passagem ao povo que da cidade vai à Mouraria...

Passaram muitos anos. Nasceram e morreram muitos Príncipes da Cristandade.

Muitos dos vicejantes hortos e das almoínhas que gente moira tinha ajeitado e tratado, tinham sido já sacrificados às imperiosas necessidades urbanísticas do bairro; o antigo cemitério — o *almocavar* — também. Êste, em pequenos lotes, foi dado de aforamento pelo Hospital Real de Todos os Santos, e pode-se dizer, que, num abrir e fechar de olhos, não ficou parcela de chão por aforar. A torcicolada estrada que da Mouraria levava a Santa Bárbara e a São Jordão e daqui a Arroios, era já ladeada por muitas casas e quintas; os lagares de azeite existentes haviam de denominar, lá para ao diante, uma rua já então perfeitamente delineada; o bairro das Olarias era já um aglomerado de fogos que se devia tomar em conta.

A população para além da cêrça ia pois crescendo; o movimento pela porta que dava passagem para a antiga mouraria ia naturalmente aumentando. Para mais abrira-se a rua Nova da Palma, da parte de dentro, e um novo postigo se rasgara na muralha.

Mas justamente entre êste novo postigo e a antiga porta é que corria o rêgo que de Arroios vinha, e por isso, dado o crescente movimento de peões que por ali havia, o sítio transformou-se em atoleiro de engulir incautos. Era isto no tempo em que o Trono de Portugal pertencia ao pequeno Rei D. Sebastião.

As providências não se fizeram esperar muito, e uma ponte de pedra ali foi construída. Metade da quantia despendida com a obra, 42\$800 réis, ficou a cargo dos vizinhos do sítio; a outra metade correu por conta da Câmara.

Foi por êste tempo, por alturas do terceiro quartel do século XVI, que encostadas à muralha e portanto ao sul da ponte, se construíram umas casas, casas que por fim vieram a pertencer aos Marqueses de Alegrete.

Mas isto é já outro conversar.

Voltemos ao tempo do nosso primeiro Rei.



«Debelado a pouco e pouco o poderio sarraceno, tomada Lisboa, tornou Afonso Henriques a andar em cobiças de possuir os restos do mártir S. Vicente, em cuja honra, logo desde o princípio do cêrco, instituíra o cenóbio dos cónegos regrantes; e em 1173, tendo celebrado tréguas de cinco anos com o rei de Sevilha, mandou ao promontório um navio com gente armada, e entre ela os mais idosos dos tais mozarabes, os que melhor se recordassem dos sítios. Foram; chegaram; graças aos indícios dos corvos toparam com os vestígios das cabanas e ermida; e desbastando o entulho, e excavando a terra, deram com o caixão do Santo sob as ruínas do altar.

«Ao embarcar-se o corpo, foram vistos dois corvos poisar, mansos, um à proa outro à pôpa do barco, e até ao fim companheiros dos despojos do mártir.

«Entrou o navio a barra do Tejo, e subiu o esteiro até não longe da igreja de Santa Justa, junto ao sítio onde já no tempo de André de Resende se erguia a porta que por isso veio a chamar-se de S. Vicente».

Ora isto não foi assim.

O corpo do mártir não foi desembarcado no sítio onde depois, na muralha, se abriu a porta de S. Vicente, que é esta de que temos tratado e que estabelecia a comunicação com o bairro dos infieis. Aliás o que o chantre de Lisboa, Estêvão de nome, «testemunha verdadeiramente sem suspeita, assi pellas calidades de sua pessoa, como por escrever nos olhos, dos que com elle foram a tudo presentes», nos deixou narrado, foi que, chegando a Lisboa e «lançando ferro, trouxeram a terra sobre seus proprios hombros, o sagrado corpo, & porque ninguem lhe fizesse força, ou lho quizesse tomar, de noite, com o mayor silencio, que puderam se foram com elle á igreja de Santa Justa, o que sabido logo pella manham do povo, concorreram ally assi a gente da cidade, etc.».

Mestre Vieira da Silva também já tratou dêste assunto. Demonstrou até, com argumentação de pêso respeitável, que o esteiro do Tejo, ao tempo do retôrno da expedição vicentina, havia muitos

anos que fôra completamente entulhado, e que portanto teria sido impossível que o corpo do mártir tivesse sido desembarcado no sítio onde na muralha fernandina se abriu a porta referida.

Mas lá que a porta se denominou *de S. Vicente*, isso é que não há dúvida. E não sendo por que o corpo do Santo ali tivesse sido desembarcado, por que teria sido então?

Não se sabe. Sôbre a razão do topónimo reinam por enquanto densas e provocadoras trevas.

No entanto, a seguir, aventaremos uma hipótese.



«...e disse... que asy he ũdade q̃ elle tem hum assentam^{to} de casas no arravalde q̃ partem ao poente cõ ho rrego dantre as ortas e ao vendaval (sul) cõ orta de sam vicente e ao norte cõ a serventia q̃ vay da rrua do arravalde (rua da Mouraria) p^a sam lazaro (carreirinha do Socorro, actual rua Fernandes da Fonseca) com as q̃aaes elle q̃ria mãter, etc.».

O que se acaba de ler e que se refere ao reconhecimento de foreiro que no ano de 1468, por sinal no dia 30 de Abril, o proprietário das citadas casas fêz ao Senado lisbonense, encontra-se num dos livros de emprazamentos da Câmara Municipal e, como se vê, dá-nos a localização da horta de S. Vicente ao sul das casas que tinham a frente para a carreirinha, ou seja ao norte da porta da cêrca fernandina e talvez, mesmo, quâsi fronteira a ela.

Seria portanto aquela propriedade que os cónegos regrantes do convento de S. Vicente ali tinham, que teria denominado a porta?

Não perdemos ainda as esperanças de averiguá-lo.

A-par do nome *de S. Vicente* davam-lhe também o nome de *porta da Mouraria*. Mais tarde, depois de transformada, e da ida dos Silvas, da casa de Alegrete, para a sua vizinhança, passou a ter a denominação de *arco do Marquês de Alegrete*.

E assim ficou sendo conhecida até hoje.



«Senhor — Este Senado fêz já presente a Vossa Alteza (em 9 de Março de 1673) quanto convinha à utilidade pública desta Côrte o fazer nova serventia pela rua dos Canos, rompendo-se umas casas que, encostadas ao muro da cidade, a dividem da rua da Mouraria;... Hoje se considera que, com maior facilidade e menos despesa, se poderá quanto à utilidade pública, fazer-se esta serventia por diferente parte, rompendo-se a tôrre das portas da Mouraria, com um arco que tenha capacidade de passarem coches, para que assim, podendo tomar a mesma rua dos Canos para o Rossio, se evite o contínuo embaraço da passagem da rua Nova da Palma. E ainda que o Visconde de Ponte de Lima tem uma casa sôbre a dita tôrre, que na Quaresma lhe serve de tribuna para o passo, em prejuízo dela se pode fazer a obra, como se fêz no postigo de Santo André, sôbre o qual tem uma varanda as casas de D. Joana de Mendonça; e como a cidade, quando dá ou afora semelhantes lugares, sempre é com cláusula de que, sendo necessários, os poderá tomar na forma da sua escritura, ainda quando tivesse prejuízo, nunca tinha razão de embargo.

Pede o Senado a Vossa Alteza seja servido de o haver assim por bem, porque, com pouca despesa da fazenda da cidade, se fará uma serventia tão conveniente ao uso de seus moradores».

Esta consulta do Senado Municipal tem a data de 19 de Novembro de 1674, e o deferimento do Infante D. Pedro a de 24 do mesmo mês.

As obras fizeram-se, provàvelmente, em seguida, e a velha porta de el-Rei D. Fernando deu o seu lugar ao arco tal qual o vemos ainda hoje ao tôpo da rua a que deu o nome.



Quantos seriam os mouros, que, com a devida autorização de D. Afonso Henriques se teriam fixado no arrabalde da cidade cristã? Aqui encolhemos os ombros. Mas quê? Três, quatro mil?

Reputamos o cálculo exagerado, mas suponhamos quatro mil, número que elevaremos ao dôbro — talvez continuemos a exagerar — ao tempo da construção da cêrca Fernandina. Temos portanto, que, a porta depois denominada *de S. Vicente*, foi aberta para estabelecer a ligação entre a cidade e um bairro de mouros que, com as suas vizinhanças, teria em 1375 uma população de oito mil habitantes.

Depois já sabemos que o movimento naqueles sítios foi aumentando, principalmente após a abertura da rua Nova da Palma e do respectivo postigo, e que por fim, para aliviar o trânsito naquela artéria (o problema da rua da Palma, como se verifica, não é dos nossos dias; tem pelo menos 270 anos!), substituiu-se a velha porta pelo arco que lá está.

Dos bicos da pena escorrega agora outra pergunta: — quantos habitantes teriam então, naquele ano de 1674, as freguesias que se viam constrangidas a utilizar o arco?

(Ao certo não se sabe, mas segundo o prestante padre António Carvalho da Costa, na sua *Corografia*, em 1712 a do Socorro tinha 3.750, a da Pena 5.076 e a dos Anjos, sem contar os menores, 5.000. Ao todo 13.826 pessoas, número que confirma o exagêro do cálculo feito para o ano 1375.

Pois o arco, aberto em substituição da antiga porta para estabelecer a comunicação com os habitantes de três freguesias, num total de 13.826, (de-certo menos, porque o censo é de 1712 e a obra fêz-se, ou melhor, foi aprovada em 1674), o mesmo arco, o mesmo, sem tirar nem pôr, passados 270 anos — quasi três séculos! — estabelece a comunicação entre a parte baixa e comercial da cidade, e as freguesias de Arroios, Penha de França, Anjos, Socorro e Pena, freguesias que, segundo o recenseamento de 12 de Dezembro de 1940, tinham então uma população de 153.878 habitantes!!

Mais de vinte por cento da população de Lisboa!!!

E advirta-se que puzemos de parte as freguesias da Graça e de Santa Engrácia (Monte Pedral), das quais, alguns dos seus fregueses se vêem obrigados a utilizar a passagem sob o arco.

Em resumo: — esta passagem, ou a que, sob a porta, à do arco antecedeu, serviu, nos anos apontados, as seguintes populações:

QUADRO DE ESPANTAR

1375 (cálculo exagerado)..	8.000 habitantes	
1674 (vão do arco, 5, ^m 15)..	13.826	>
1940 (idem)	153.878	>

Faz-se também saber às pessoas dadas a curiosidades de assombrar, que, segundo contagem feita antes de começar a guerra actual, passavam em cada hora, sob o arco, 100 carros *eléctricos* e mais de 200 automóveis, além de um razoável número de caminhões, caminhetas e carroças; e que neste Fevereiro de 1945, passam por ali, e também por hora, nada menos de 6.000 e tantos peões!!!

Quaisquer considerações esbateriam a eloquência dos números. Êles bem gritam, por si sós, que estamos perante o problema n.º 1 de Lisboa. Nenhum outro se lhe compara.

Mas se as considerações ou os comentários se escusam, convém deixar aqui aparafusadas ou com grude coladas, algumas das desvantagens advindas aos moradores de além Arco e que ao roçar das suas ombreiras têm condicionada a sua volta para casa. E são elas:

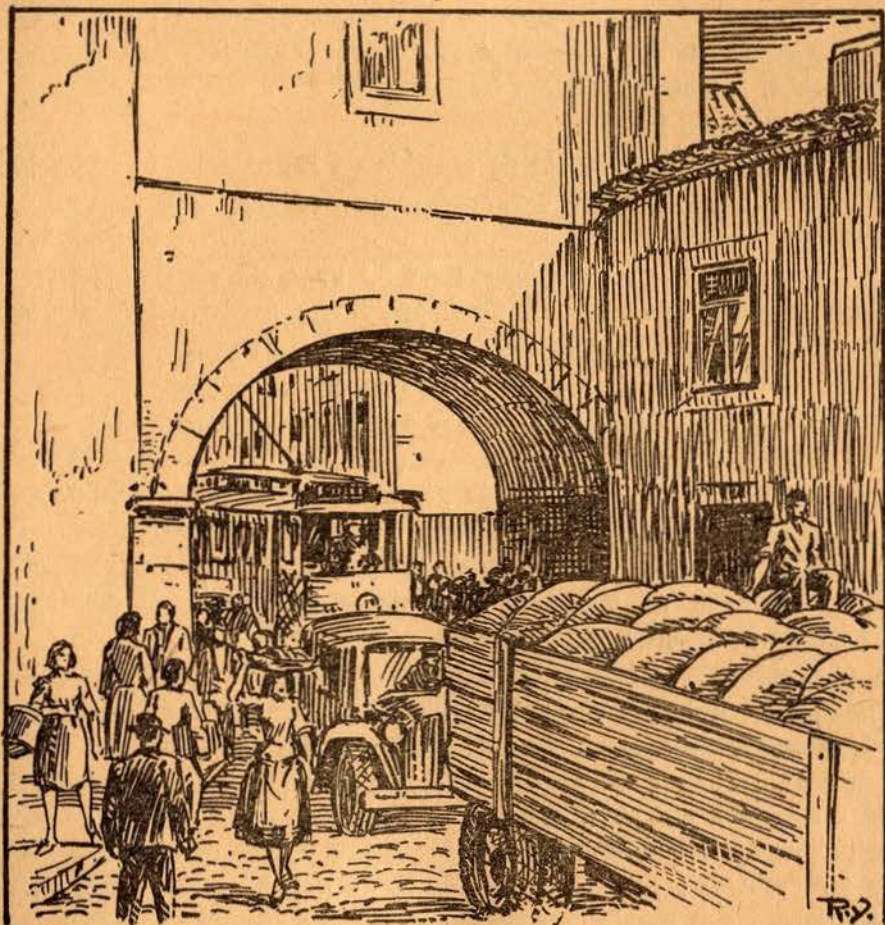
Demorar, em caso de pressa ou não, o mesmo tempo, quer se utilize automóvel, quer se utilize «eléctrico» ou carroça, no trajecto desde a extremidade ocidental da rua do Amparo até à rua da Mouraria, pelo menos;

Fazer com certa frequência o trajecto a pé até aos seus tugúrios, por causa de avaria em auto ligeiro ou de carga à passagem da rua que leva ao Arco;

Gastar tanto tempo em ir de «carro eléctrico» da rua Augusta ao Teatro Apolo, como do Cais do Sodré aos Estoris;

Etc., etc., etc.

PASSAM POR HORA SOB O ARCO DO MARQUÊS DE ALEGRETE



Mais de
100 eléctricos
200 automóveis
6000 pessoas a pé
e muitos caminhões, caminhetas, carros, carrinhos e carretas



E mais uma vez, ao correr dos 365 dias do passado ano, aguardámos, com natural ansiedade (é que fazemos parte dos moradores daquele «arrabalde»), o orçamento da Câmara Municipal; e mais uma vez, aparecido êle em letra soletrável, foi por nós lido com desmesurada avidez e justificadíssima inquietação.

Anuncia-se lá:

Para o prolongamento da avenida da Liberdade	1.000.000\$00.
Para estudos, obras e respectivas expropriações da avenida de Ceuta	4.000.000\$00.
Para obras de urbanização da 2. ^a zona da cidade e arborização da encosta da Ajuda	1.000.000\$00.
Para a construção da praça de Espanha, da avenida Columbano Bordalo Pinheiro, prolongamento da avenida António Augusto de Aguiar e da avenida Estados Unidos da América	3.000.000\$00.
Para outros trabalhos de grande urbanização	7.200.000\$00.
E para mais isto e para mais aquilo...	

Etc., etc., etc.

Mas para as obras do prolongamento da avenida Almirante Reis até ao Rossio, ou aonde quer que seja, nada!!!

É evidente que de tôdas as citadas obras são de louvar os seus mandantes, e evidente é que elas são de molde a provocar o sincero agradecimento de todos nós, os de Lisboa, e dos que não sendo de cá, se deixaram ficar e cá estão — que isto de ser capital a todos convida e a todos como seus naturais os tem. Mas essas obras, que constituem inegáveis benefícios, não lançam nas vascas da agonia malefficios terrivelmente colados no dia-a-dia da população citadina, ou de parte dela, como emplastos de fazer ouriçar abundâncias capilares. São benefícios que se agradecem e que se gozam mas que não nos aliviam de males pesados ou leves. Embonecram mas não influem no regresso da tensão arterial à sua normalidade; têm a pretensão de engrandecer, mas principalmente só conseguem pôr em relêvo mais vincado o que deveria ter sido objecto de atenção e não foi.

Ora o caso de fazer chegar directamente à Baixa, com o desfôgo devido, a avenida Almirante Reis, não é só um benefício — e grande benefício que é — mas acaba também com um grande malefício.

Entre avenidas de Ceuta e de Roma, praças de Espanha e prolongamentos vários de várias artérias, e as obras que libertassem 153.878 habitantes de Lisboa da obrigação de passarem todos os dias sob o arco do Marquês de Alegrete, parece que a hesitação só poderá ser admissível como motivo estético para aqueles que, corrida a *gama* das atitudes, desejem agarrar-se a uma que seja apadrinhada às escâncaras pela singularidade.

Censura? De forma alguma. Discordância, apenas discordância, mas discordância formal, absoluta.

E a-propósito aqui ficam estas palavras que não há muitos dias ouvimos da boca de amigo falaz:

«Mas que se diz? Que o projecto está a ser elaborado?»

«Muito bem. A isso diremos que o primeiro projecto que se conhece data de 1905, quando a avenida Almirante Reis ainda não existia e portanto era a rua da Palma que se desejava fazer chegar ao Rossio... Queremos com isto dizer que tem havido algumas situações de se estar a elaborar o projecto.

«Que a obra custa muitos milhares de contos?»

«Ora adeus. Como ela tem de fazer-se, o seu custo será relativamente sempre o mesmo e sendo assim, como na realidade é, quanto mais de-pressa fôr a obra começada, mais de-pressa será dada por concluída...»



Esperemos pois mais 365 dias.

Entretanto, os 153.878 infelizes do «arrabalde» não deixem esmorecer esperanças, nem tomar vulto desalentos de amachucar. Pelo contrário. Como sempre, a administração municipal merece que confiemos na sua boa vontade e na sua ponderação. Para mais a presidência da Câmara está hoje (mas desde há pouco tempo) confiada ao Sr. Tenente-Coronel Álvaro de Salvação Barreto, e o mesmo é dizer, que, sem serem descurados os interêsses da cidade futura, serão

remediados, atenuados, ou afastados da triste realidade, os males que esmagam e aviltam a cidade de hoje. É penhor do que acabamos de dizer a clara inteligência e, principalmente, o reconhecido bom senso de Sua Excelência.

(Mas que isto que acabamos de dizer — note-se — não corra o risco de parecer desejar-se menosprezar a acção dos que a favor do Município têm trabalhado. As boas intenções de todos se presta aqui justiça).

E assim, a estes dias em que a paciência duma grande parte dos lisboetas tem sido posta à prova, outros se hão-de seguir em que aos pais, de passeio na grande avenida já prolongada, e ao divisarem o Arco, lhes seja dado explicar aos filhos que vão espigando:

— Era por ali, por aquele Arco, que tinham de passar todos os moradores cá destes bairros, os quais eram então mais de 150.000. Agora, com *franquezinha franca*, até chega a parecer impossível que assim tivesse sido...

Igrejas da Pampulha

(S. Francisco de Paula
e S. João de Deus)

por *SIDÓNIO MIGUEL*

Palestra realizada na Igreja de S. Francisco de Paula em 22 de Novembro de 1942, na visita dos «Amigos de Lisboa» à referida igreja e ao quartel das Janelas Verdes.

Fazemos hoje uma das nossas pequenas visitas, daquelas de interesse mais diminuto para algum associado, amigo sobretudo de ver muita coisa, de subir muita escada, correr muita sala e penetrar curiosamente em recintos quasi sempre fechados às vistas do público. Nesta nossa visita de hoje a um templo aberto ao culto católico não há muitas escadas a subir, não há salas a correr nem recintos fechados a devassar. Há todavia aqui um templo notável pela sua arquitectura, como estão vendo, e trata-se de visitar um templo da freguesia de Santos, ainda não visitada pelo nosso Grupo, freguesia que teve na sua antiga área grande número de edificios religiosos, além do da igreja paroquial, assente como V. Ex.^a sabem no sítio, onde tiveram sepultura os três mártires Veríssimo, Máxima e Júlia, a que nos referimos há uns dois anos na visita então feita à casa homónima do extremo oriental da cidade, a de Santos-o-Novo.

Houve realmente na extensa área desta freguesia de Santos-o-Velho bastantes casas religiosas que já agora vou recordar: esta de S. Francisco de Paula, a fronteira de S. João de Deus, a de Nossa Senhora do Livramento, lá para Alcântara, ainda hoje recordada; a de Nossa Senhora das Necessidades, de que lá estão ainda a igreja e o palácio real; a dos capuchinhos franceses, também chamados *Barbadinhos*, que era ali à Calçada do Marquês de Abrantes e à Rua da Esperança, ainda hoje ligadas por uma Calçada ou Escadinhas dos Barbadinhos; uma casa de Nossa Senhora dos Remédios, onde está a Igreja Evangélica; um mosteiro de Santo Alberto, hoje incorporado no Museu de Arte Antiga; um mosteiro de Santa Brigida, que chamamos o *Quelhas*; um mosteiro do Santo Crucifixo que ainda alguns de nós vimos em frente do Palácio de S. Bento, antes de 1911; um mosteiro de Nossa Senhora da Esperança, cujo nome lá está na vizinhança da Avenida Presidente Wilson e num chafariz notável de Carlos Mardel; um mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré, chamado das Bernardas, que ainda lá está

feito ilha de habitação de muita pobre gente; um mosteiro do Sacramento das religiosas dominicanas, cujo nome também se lembra ainda no caminho de Alcântara; o mosteiro de Nossa Senhora da Soledade, cujo casarão muito arruinado está, como sabem, na rua das Trinas de Mocambo, onde se chama o Arquivo de Identificação.

Ora de tôdas estas casas religiosas a que tem menos história é precisamente a que hoje visitamos: a igreja do extinto convento de S. Francisco de Paula, dos chamados Religiosos Mínimos, fundada com o título de Hospício em 1719 à custa das esmolas que tirou Frei Ascenso Vaquero, religioso leigo da mesma ordem, vindo do convento de Nossa Senhora da Consolação, da Vila de Utrera, Andaluzia, pessoa que João Baptista de Castro nos diz no seu *Mapa de Portugal* haver conhecido de estremada sinceridade e virtude. A fundação foi feita neste sítio, em frente de S. João de Deus, com a devida licença patriarcal de porta para a rua. O decreto de D. João V, que autorizou a fundação foi de 13 de Julho de 1717. Parece que as primeiras obras desta igreja começaram em 1747 pela capela-mor. Também vieram de Castela os primeiros religiosos desta casa. Foram, entre outros, Fr. Francisco da Penha, cuja sepultura V. Ex.^{aa} talvez já tenham visto na ermida de Santo Alberto, e frei Marcos da Cruz que morreu em quasi cheiro de santidade em 1733. O fundador morreu em 1738.

Entretanto esta congregação, que mais tarde foi desligada da casa da Andaluzia, para ficar subordinada a provincial português, não chegou a espalhar-se pelo país. Parece que foi esta a única casa da ordem, embora Manuel Bernardes Branco cite duas. Porque não se espalhou? Certamente pelos motivos conhecidos do terremoto, das invasões francesas, das lutas liberais, até que veio 1834 e com esta data o último capítulo da vida desta pequena comunidade.

No ano de 1753 havia recommçado, por ordem de D. José I e influência da rainha D. Mariana Vitória, a definitiva construção desta igreja. As rainhas da nossa última dinastia protegeram sempre um ou outro templo. Basta lembrar D. Luísa de Guzman, fundadora do Grilo e do Corpus Christi, a S. Nicolau; D. Maria Francisca Isabel de Saboia, fundadora do Santo Crucifixo, à calçada da Estrela; D. Mariana de Áustria, fundadora de S. João Nepomuceno. Tôdas quizeram ter o seu túmulo na casa que fundaram. O tempo e os homens as enganaram. Estão tôdas hoje em S. Vicente, como V. Ex.^{aa} sabem. Apenas D. Mariana Vitória repousa na casa que protegeu. É seu o túmulo que V. Ex.^{aa} vêem ali na capela-mor, do lado do Evangelho.

Como, segundo nos conta João Baptista de Castro, foi este um dos edificios melhor livrados das violências do terremoto de 1755, não possivelmente pela sua maior resistência ao sismo, mas pela menor violência do abalo aqui para estes sítios, estamos hoje dentro duma igreja anterior ao terremoto, salva de remendos e de reconstruções desastradas. Infelizmente quanto está aqui é pouco anterior a 1755 e não faltará o que lhe é posterior. Uma igreja destas não é facilmente obra de dois anos. Foi acabada em 1765.

Dirão V. Ex.^{aa}: — Se para êstes sítios o cismo de 1755 foi menos fatal, porque não temos nós hoje nesta área de Santos-o-Velho todos êsses edificios religiosos há pouco nomeados? — Ai de nós, pior que a sacudida de 1755 tem sido, em Lisboa, a mão dos *Bota-Abaixo*, que tanto tem proliferado entre nós. Aqui o atestam as desaparecidas ou profanadas casas religiosas que hoje apenas mostram o sítio ou as empenas do exterior.



S. Francisco de Paula... Eis um santo que nos nossos dias carece talvez para a maior parte de V. Ex.^{aa} dumas notas biográficas. Na verdade, o *Flos Santorum* não é o forte das nossas leituras de hoje e grande parte da gente chega, por sinal, a fazer confusões com os vários homónimos de S. Francisco de Assis.

S. Francisco de Paula, que não devemos confundir com S. Francisco de Sales, com S. Francisco de Borja, ou com S. Francisco Xavier, nasceu, como o maior dos seus homónimos, em terras de Itália, mas no sul, na Calábria e no ano de 1416. Depois de várias peregrinações que fez com o pai, retirou-se um dia, levado pela vocação, para a vida de anacoreta que depois passou numa gruta, nas proximidades da sua terra natal.

Assim foi adquirindo fama de santidade e com o tempo se lhe juntaram alguns discípulos, com os quais constituiu um oratório que foi o bêrço da ordem, fundada em 1436. Dentro de pouco tempo, a ordem tinha já o seu convento e a sua igreja. Em 1474 tinha o seu compromisso ou estatuto aprovado pelo papa Sisto IV, com a denominação de «Eremitas de S. Francisco de Assis», mas, por humildade, o fundador deu aos seus religiosos o nome que entre nós ficou de «frades mínimos», menos que «frades menores».

A sua fama de santidade entretanto passou as fronteiras de todos os estados em que então se dividia a retalhada Itália e chegou a França, já então a caminho de se constituir sôbre a ruína dos senhores feudais; e Luís XI, que hoje admiramos como um dos fautores dessa ruína pelo engrandecimento do poder real, sentindo-se perigosamente enfêrmo em Plessis-les-Tours, mas pouco resignado a deixar êste mundo, mandou chamar a Francisco de Paula para que lhe restituísse a saúde. É conhecida a cena patética em que o poderoso rei caiu aos pés do Santo, quando o viu, de joelhos suplicando que lhe prolongasse a vida. Francisco de Paula apenas lhe respondeu que só Deus tinha êsse poder. Ajudou todavia a bem morrer quem tão mal tinha vivido. Sim, porque a obra de engrandecimento do poder real que Luís XI empreendeu foi, como não podia deixar de ter sido, (políticos e santos opuzeram-se sempre) tortuosa e arteira.

Sabem V. Ex.^{aa} que teve nessa luta como seu mais terrível adversário o último duque de Borgonha, Carlos o Temerário, belicoso neto do nosso Mestre de Aviz, filho da princesa Isabel, da qual apenas nos lembramos na Sala dos Cisnes do Palácio Real de Sintra, mas que deveu ter sido uma digna irmã da nossa *inclita* geração de altos infantes.

Morto Luís XI, Francisco de Paula gozou dos favores dos reis Carlos VIII e Luís XII e morreu em França em 1507, com 91 anos de idade.

Entretanto a ordem que fundara em Itália recebia breve pontifício das mãos de Alexandre VI em 1493, com a mudança do nome de *Congregação de Eremitas Penitentes* no de *Mínimos*. Pio V declarou-a *religião mendicante* e estabeleceu-lhe por *quarto voto* o da perpétua vida quaresmal.

Deve dizer-se que, quando safu o decreto que extinguiu em Portugal as ordens religiosas em 1834, outro anterior tinha mandado passar os frades dêste convento para o de S. João Nepomuceno, de que já falei, que foi primitivamente dos carmelitas alemães, trazidos por D. Mariana de Austria, em edificio que é hoje o do Asilo de Santa Catarina, e onde também estiveram os frades redentoristas de Santo Afonso Maria de Ligório. S. Francisco de Paula ficou desde então com um capelão.



A vizinha construção de S. João de Deus foi iniciada em 1581 e ali tiveram a sua primeira habitação os Padres Carmelitas Descalços, sob o título do Santo Padre Elias até 1604. O dono das casas era Manuel do Campo e Távora com sua mulher D. Mécia Ribeiro.

Em 1629 D. António de Mascarenhas comprou o sítio e as casas. Era êste fidalgo doutor em teologia, do conselho de Sua Majestade, deão da Capela Real, deputado à mesa da Consciência e Comissário Geral Apostólico da Bula da Santa Cruzada. Não nos queixemos da acumulação de empregos do nosso tempo. É pecha antiga. Gastava todavia bem o seu dinheiro e assim, movido pela muita piedade e devoção por S. João de Deus, um santo português que foi a Granada realizar a sua grande obra que hoje chamaríamos social, de auxílio a enfermos, mas que era simplesmente cristã, quis também fazer em Lisboa qualquer coisa agradável à instituição fundada por S. João de Deus e aqui ajustou a fabricação dum convento, onde ela pudesse exercer a sua caridade com os enfermos. Para isso instituiu no convento uma enfermaria com treze leitos para clérigos pobres. No caso de não haver clérigos, podiam ser admitidas pessoas leigas. Aplicou a tal fim a quantia de seiscentos mil réis de rendas. É claro que isto valia qualquer coisa nos tempos em que a vida era um pouquinho mais barata que a de hoje ou o dinheiro tinha outro valor. Sessenta anos antes recebera o nosso grande Luís de Camões uma tença anual de quinze mil réis, que não valiam, evidentemente, apenas os quinze Escudos de hoje.

O piedoso fundador da Casa de S. João de Deus morreu em 1637. A instituição ficou até 1834, ano em que sofreu a sorte que todos sabemos. Estiveram ali depois o Quartel de Marinha, o Tribunal da Córte; e o regimento de infantaria 2, já no nosso tempo. Desde 1919 está lá uma companhia da Guarda Republicana. Também ali há hoje um asilo-creche e uma escola para os filhos dos soldados da mesma Guarda.

Hoje há lá a ver paredes, azulejos, tectos e um bonito panorama sôbre o Tejo.

Ouçam V. Ex.^{aa} o que de tudo nos escreve o nosso illustre consócio, Sr. Norberto de Araújo nas suas *Peregrinações em Lisboa*:

«Encontram-se azulejos setecentistas por todo o casarão e nos seus vários pavimentos e dependências; num terraço do corpo saliente central, que olha o rio, conservam-se panos de azulejos de seiscentos, de manifesta factura espanhola, com legendas em castelhano, e singularmente curiosos.

«As escadarias, algumas de teto apainelado, têm também bons panos de cerâmica mural.

«O claustro, que se vê do rio, é rasgado na frente, tendo, pois, três lados apenas, o do fundo com onze arcarias de volta perfeita e os outros com seis em cada. Sob o pátio do velho claustro, hoje a parada, há um pequeno jardim, que, por serventia privada do aquartelamento, comunica com o exterior do edificio; dêste recinto ajardinado é interessante observar-se a fachada posterior do antigo convento, no qual se desenham arcos de sustentação, varandas, um túnel e vários planos que dão perspectivas originaes.»

A destruída igreja está assim descrita num manuscrito da Biblioteca Nacional, concorde com Gonzaga Pereira:

«Igreja duma só nave, com largura, comprimento e altura proporcionados à abóbada. A entrada um pátio. Interiormente bem pintada, com duas capelas no cruzeiro e três de cada lado da nave. Muita luz. Teto de brutescos ou grotescos.

«Capela mor com boas proporções e boas pinturas na abóbada. Retábulo de boa talha dourada, sacrário, boa tribuna.

Fábrica não grande, mas sufficiente para o número de religiosos que nêle assistiam, como ainda para o de enfermos que recolhia. Bons cómodos.»



S. João de Deus, outro santo esquecido.

Mas saibam V. Ex.^{aa}, pelo menos, que S. João de Deus foi português de nascimento, embora os granadinos o considerem como seu, como os paduanos nos guardaram Santo António e a nossa Índia guardou S. Francisco de Xavier, que muitos julgam era português, mas não era. Veio-nos da Navarra espanhola. Como sabem, os santos são menos da terra, onde nasceram que daquela, onde exerceram o seu apostolado.

S. João de Deus saíu de Portugal aos oito anos de idade e foi em Espanha pastor e soldado de aventura, até que um sermão de Frei José de Ávila, em Granada, o chamou à vida dos Santos. Confessou então públicamente os seus erros e de tal modo se penitenciava pelas ruas que o internaram como louco. Saído do hospital, dedicou-se então à sua grande obra de assistência a doentes loucos, incuráveis e contagiosos, e fundou a sua primeira casa em Granada em 1537. Foi essa a origem dos Hospitalários que em Portugal estabeleceram a sua primeira casa em Montemor-o-Novo, em 1606. Tiveram depois hospitais ou casas em Elvas, Campo Maior, Moura, Estremoz, Castelo de Vide, Olivença, aqui

no castelo de Lisboa, em Lagos, Salvaterra da Beira, Penamacor, Almeida, Caminha, Monção, Bragança e Miranda.



Até aqui o que pode dizer-se do mais sabido dos dois Santos e acêrca destas duas casas religiosas, uma ainda felizmente de pé e com culto, a despeito da pobreza em que vive, mercê muito da dedicação e do espírito de sacrificio do seu actual Capelão, o Rev.^{mo} Padre José da Cruz Curado, que hoje nos recebe tão gentilmente.



Outras informações de carácter histórico, de carácter erudito, direi melhor, não nos interessam agora porventura. E, se interessassem, outra pessoa, não êste criado de V. Ex.^{aa}, deveria estar aqui a esta hora.

Eu, quando aceitei esta honrosa incumbência do nosso Grupo, encontrei como tema a tratar de porventura maior interêsse o de dois pontos interessantes da vida da nossa Lisboa, com reflexos aliás em todo o país: os tempos joaninos, pelo que diz respeito a esta igreja; os tempos filipinos, pelo que respeita a S. João de Deus.

Tempos joaninos, vamo-nos acostumando a chamar aos tempos de D. João V, que enfim também vamos deixando de chamar exclusivamente «o rei freirático» — o falecido Dr. José de Figueiredo no-lo disse muito insupeitamente, e é certamente digno do crédito de V. Ex.^{aa}, ainda dos mais renitentes em aceitar a vaga de reabilitações históricas que caracteriza o nosso tempo.

Quem pode duvidar afinal de que o reinado do Magnânimo representou um período fecundo de renovação artística, do nosso país, que veio até aos fins do século XVIII, em progressiva nacionalização do que então foi preciso ir buscar fora e naturalmente à Itália? Mafra — que já ninguém chama a «sensaboria de mármore», que lhe chamou Alexandre Herculano, tanta vez injusto por um espírito de facção que nem sempre o deixava ver bem, esteve na raiz dessa grande obra, foi a grande escola das nossas belas artes plásticas, mercê de dois grandes artistas que ali trabalharam com especial proeminência: João Frederico Ludovice, alemão italianizado, e Alessandro Giusti, italiano de nascimento, architecto o primeiro, escultor o segundo. Também não ignoram V. Ex.^{aa} que o falecido Dr. Xavier da Costa escreveu algures que ali se originaram os architectos pombalinos. Ponhamos portanto nós, amigos de Lisboa, a qual tanto beneficiou das larguezas de D. João V, um grande ponto final à lenda dos esbanjamentos de então. Abençoemos antes êsse dinheiro que êle gastou, e não apenas o gasto em Portugal, como o gasto lá fora: também êste nos foi útil, trouxe-nos ensinamentos, progressos, riquezas, admiração dos nossos olhos de hoje.

Continua no próximo número

A igreja de Nossa Senhora de Jesus

por FERREIRA DE ANDRADE

Lisboa, burgo amalgamado de vielas e de becos tortuosos e estreitos, rompera já para além da primitiva cinta de muralhas — alargara-se no seu primeiro desenvolvimento urbanístico. Empório maravilhoso, cabeça de um império nascente, galga novas terras, aliando-se, comercializa-se, ganha foros de *Princesa* entre as outras capitais do mundo e, na ância sempre crescente de um progresso maior, ultrapassa os muros com que o Rei Formoso a limitara.

Rasgam-se horizontes novos, descobrem-se novas perspectivas para as bandas do poente. E mais um bairro da cidade surge então, inteligentemente traçado, numa concepção grandiosa de acentuado urbanismo, nítido progresso e larga projecção futura: é Vila Nova de Andrade, o nosso Bairro Alto de hoje. Para além dêste, só campos incultos ou de fraca sementeira, êste ou aquêle casalejo — arredores da urbe, o manto verdejante de seu vestir de Senhora.



Entrara no crepúsculo, triste e ensombrado, a centúria de quinhentos — o século mais glorioso de tôda a história lusa. Lisboa não despira ainda os crepes de um luto recente e profundo. À maior dor que a Pátria sofrera seguiram-se os horrores de uma invasão. Quinze anos decorriam já sôbre a entrada de um rei intruso no solo português. Quinze anos de opressão, de vinganças, de vis traições — mácula mais ingente ao brio nacional do que a própria ferida aberta pelo jugo estrangeiro. No local onde hoje se ergue a Igreja da Nossa Senhora de Jesus, então êrmo descampado, pastio silvestre onde os cardos cresciam livremente, na vizinhança de um dêsses modestos casalejos, existia uma pequena ermida dedicada à *Virgem May de Deos* ⁽¹⁾ onde — quem sabe! — na unção religiosa de um ardente patriotismo, a boa gente dos arredores iria ajoelhar pela libertação da Pátria!

Cuidava dela e era seu dono um pobre ermitão cujo nome a história não registou. O *Casal*, porém, que perto ficava, sabemo-lo nós, pertencia a Luís Rodri-

(1) *História de Lisboa* (códice n.º 145 da N. B. de L.) fls. 242.

gues de Pedrosa ⁽²⁾ *homem nobre e piedoso* ⁽³⁾ e a um seu irmão (?) ⁽⁴⁾.

Não tendo ainda os religiosos da Terceira Ordem de S. Francisco — já estabelecida em algumas partes do Reino — casa na Capital ⁽⁵⁾ apeteceu-lhes fundar um Convento *pera na dita cidade servir a Nosso Senhor e ao proximo com seus ministérios, mostrando na Côrte e cabeça do Reyno que nam era inutil o seu prestimo* ⁽⁶⁾.

Conhecedores do desejo e sabendo que aos franciscanos lhe era grato aquê local, logo os irmãos (?) Rodrigues e o bom do Ermitão (?) puzeram ao dispor dos religiosos terceiros a capelinha, a casa e o cardal anexo, concorrendo assim para tão devota obra.

Feita a doação, obtidas as *licenças necessárias*, entram os religiosos na posse do terreno.

Decorria o ano de...

Discrepam sôbre esta data os escritos mais remotos que ao facto se referem. Ao passo que Frei Apolinário da Conceição ⁽⁷⁾ nos diz terem os religiosos tomado posse no ano de 1582, formando desde logo um hospício em que residiam, e que depois de ratificada, dois anos mais tarde, só em 1595 teve principio a fundação do Convento, Jorge Cardoso ⁽⁸⁾, Frei Agostinho de S. Maria ⁽⁹⁾ e D. Luís de Lima ⁽¹⁰⁾ citam o dia 4 de Outubro de 1599.

Inclino-me a que se deve seguir a data apontada pelo autor do *Claustro*

⁽²⁾ Compêndio histórico da Congregação da 3.^a Ordem de S. Francisco, etc., de Frei Vicente Salgado, pág. 112, que, igualmente, nos ilucida ter sido a ermida também propriedade de Luís Rodrigues: *doação que Luiz Rodrigues de Pedrosa e sua mulher Milícia Gomes fizeram da Ermida e cardal no Vale da Esperança...* Todos os restantes autores por nós consultados são unânimes, porém, em citarem a ermida como pertencente a outro proprietário.

⁽³⁾ *História de Lisboa*, fl. 242.

⁽⁴⁾ Na obra de Frei Vicente Salgado, que nos merece o maior crédito pois trata-se de um trabalho feito por um dos religiosos da Ordem, não se alude a que Luís Rodrigues tivesse um irmão; unicamente fala, como se disse, de sua mulher Milícia Gomes.

⁽⁵⁾ Segundo, ainda, Frei Vicente Salgado, (obra citada, pág. 112): *já antes do Executorial da Bulla de Clemente VII passado por Agostinho Cusano que se conserva tambem neste cartório (Convento de Jesus) expedido de Roma a instancia do Procurador Geral da Curia F. Agostinho da Purificação Sodré; da casa d'Agos Belas, em data de 3 de Setembro de 1566 se faz menção por quatro vezes do Convento de Lisboa. He do anno de 1557 o principio do Recolhimento das Izabeis no sitio do Mocambo, em que se estabelecerão Beatas Terceiras Professas de S. Francisco, sogeitas aos Prelados do Convento da Corte até 1675, conservando-se ainda o nome da rua (rua das Izabeis) e certo foro nas propriedades.*

⁽⁶⁾ *História de Lisboa*, fl. 242.

⁽⁷⁾ *Claustro Franciscano*, pág. 66.

⁽⁸⁾ *Agiologio Lusitano*, tomo I, pág. 87.

⁽⁹⁾ *Santuário Mariano*, tomo I, pág. 308 e tomo VIII, pág. 109.

⁽¹⁰⁾ *Geogr. Hist.*, tomo II, pág. 151.

Franciscano tanto mais que o sabemos corroborado não só por Carvalho da Costa e pelo autor anónimo do código existente no Arquivo da Biblioteca Nacional, incorrectamente denominado *História de Lisboa*. — dois conscienciosos investigadores — como também pelo Cronista Frei Vicente Salgado que nos diz ⁽¹¹⁾ ter sido feita a doação em 16 de Dezembro de 1582 por escritura lavrada no *Tabelião António Pinheiro* e recebida a posse por Frei Marcos da Trindade. Diz-nos ainda (pág. 142) o autor da crónica dos religiosos franciscanos: *Luis Rodrigues fez doação da Ermida e cardal do sitio do convento de Lisboa em 1582 principiando-se a Fundação com licença do Senado de Lisboa a que se opposerão com vigor os Padres Menores até mandarem interpor censuras pelo seu Juiz Conservador. Os seculares do Bairro, estimulados das desordens, saião da cidade com os alforges deliciando as esmolas para sustento dos nossos Religiosos. Apesar de todas as dificuldades, que os nossos Maiores poderão vencer com paciencia e humildade, entrarão neste Convento de Lisboa em 1585 tendo o Papa Xisto V confirmado esta Fundação e fulminado censuras aos contraditores em 1586. Por dezassete anos continuarão as questões a que muitas vezes occorreo o Papa Clemente VII, eximindo os Terceiros Regulares da sogeição dos Provinciaes da Observancia, ficando sogeitos aos Ministros e Commissários Geraes dos Menores. Num outro passo da sua crónica (pág. 1111) observa ainda: Do Convento de S. Simão de Almada e não de S. Sebastião como escreve o autor do Livro «Fastos da Provincia da 3.ª Ordem» vieram os nossos Padres para o Convento de Lisboa em 1583 com licença do Senado da Camara e Provisão do Arcebispo D. Jorge de Almeida. E mais adiante: As questões e intrigas que se propozeram para esta fundação e durarão doze anos causão fastio a quem as ler, verificando-se apenas em 1595, vindo com esta antiguidade em estatutos impressa esta casa de Lisboa. Do Convento de Santa Catarina de Santarem vierão a maior parte das Religiosos no Governo do Provincial Fr. Paulo da Maia, tendo principiado no tempo do Provincial Fr. Francisco da Paizão.*

Marquemos, pois, o dia 17 de Abril do ano da graça de 1595 (data esta apontada no referido código) como o da fundação do convento e, anteriormente, a de 16 de Dezembro de 1582 como a da doação do terreno para a sua edificação.

Pobres como eram, embora ricos da protecção divina — e, vamos lá, também dos seus semelhantes! — acoitaram-se os religiosos, muito embora, como se deixou dito, com a má vontade de alguns, à graça benfazeja da vizinhança. Das missas — rezadas nessa ermudinha — tiravam magros proventos, mas suficientes, contudo, para a sua vida modesta.

Acomodaram-se como puderam e lhes *permitiam as posses* — no dizer de um cronista ⁽¹²⁾. Tempos depois foram alargando os seus serviços e, consequentemente, as suas receitas.

⁽¹¹⁾ *Compêndio, etc.*, pág. 112.

⁽¹²⁾ *História de Lisboa*, fl. 242.

Duas décadas decorreram.

Portugal continuava no declínio trágico da sua vida histórica. Era a asfixia; o depauperamento social e financeiro.

Contudo, haviam os franciscanos regulares amealhado alguns cabedais, e, na expressão de um escritor setecentista, *crescendo com o tempo as esmolas lhe foy crescendo a elles o animo para intentarem a fabrica de nova igreja* (13).

Muito embora o Convento já abrigasse um número considerável de religiosos e estivesse em pleno funcionamento — como nos demonstra o facto de já em 1609 terem sido publicados os novos estatutos da ordem (*Estatutos da Provincia da Penitencia de Portugal, Terceira Ordem de N. S. P. de S. Francisco confirmados e approvados por diversos Sumus Pontificis agora novamente recopilados no capitulo da Congregação que se celebrou em Lisboa no Convento de Nossa Senhora de Jesus na dita Ordem em 29 de Abril de 1609, presidindo nele o Ministro Geral de toda a Familia F. Angelo de Messina*) só a 30 de Julho de 1615 é lançada a primeira pedra para a construção do templo.

Oito anos depois (14), em dia de S. Mateus (24 de Fevereiro de 1623), é rezada a primeira missa, sendo Ministro Frei Lucas de Santiago que na procissão solene, então realizada, levou o Santíssimo (*Agiológico*).

Assim, nesse local, durante muitos anos conhecido pelos *Cardais*, se ergueu o templo consagrado a Nossa Senhora de Jesus.



Para uma mais lógica e ordenada descrição dêste templo temos de dividir a sua história, quer quanto à traça architectónica quer no tocante ao arranjo e decoração das capelas, nave, côro, sacristia, etc., em três épocas distintas. A primeira — a que poderemos chamar a época seiscentista — vai desde a sua fundação ao terremoto de 1755; a segunda abrange todo o período da reconstrução após o cataclismo; e a terceira, a que vem desde a elevação do templo a parochial das Mercês até aos nossos dias.

Pelo documento existente na Biblioteca Nacional (15) e ainda pelas descrições legadas por Frei Agostinho de Santa Maria no seu bem elaborado *Santuário Mariano*, fácil é tomar-se conhecimento do risco architectónico do

(13) *História de Lisboa*, fl. 242 v. Entre os serviços que prestavam conta-se o dos acompanhamentos que a sua comonidade fazia aos defuntos e da musica pèla qual por Lisboa não eram pouco buscados para muitas festas (*Idem*).

(14) Neste mesmo ano tinham os religiosos adquirido por um conto e quinhentos mil reis, para mais comodidade, assim do edificio e cerca como para o rompimento da rua nova de Jesus, desde o largo da igreja até à calçada do Congro, muitas casas e terras. (Aprovado por alvará Régio de 21 de Janeiro de 1623, in *Compêndio*, etc., pág. 112).

(15) *História de Lisboa*, códice cit.

edifício do Convento dos Religiosos Terceiros Regulares da Ordem de S. Francisco e do arranjo interior da sua Igreja.

Guiados, pois, por êsses dois prestáveis cicerones façamos uma visita retrospectiva ao templo que tinha orago Nossa Senhora de Jesus.

UMA VISITA À IGREJA NO ANO DO SENHOR DE 1707

Neste dealbar do século XVIII, Lisboa estendera-se já para além da sua linha suburbana. Para poente, dado o desenvolvimento populacional da cidade, havia-se criado na centúria de seiscentos a freguesia de Nossa Senhora das Mercês (16), cuja paróquial se instalou na Ermida da Ascensão de Cristo situada perto do Convento dos Paulistas. Dentro da sua área discorriam as seguintes artérias: Calçado do Congro, Rua das Partilhas, Rua da Rosa do Carvalho, Rua dos Fiéis de Deus, Rua Formosa, Travessa da Porta da Igreja, Travessa do Oratório, Travessa de André Valente, Travessa da Porta dos Inglesinhos, Rua de S. Boa Ventura, Rua da Vinha e Rua do Loureiro, Travessa de Adriam Joam e Travessa da Conceição (17). Extra-muros, ou periféricas, existiam já, pelo menos desde 1593 (18), além da freguesia da Encarnação de onde foi desdobrada a das Mercês, as freguesias de S. Paulo, Santos-o-Velho e S.ª Catarina.

Desordenadamente, sem a concepção rasgada que havia inspirado o delineamento do Bairro Alto, a cidade expandira-se, alargara-se fortemente, criando para além do cômodo de S. Catarina, da Horta do Cabra e do Vale da Esperança núcleos consideráveis de construções urbanas. Por todo êste *sítio*, outrora denominado dos *Cardaes*, topónimo que perdurará através dos tempos, já se haviam rasgado, circunvizinhando a igreja e o edifício do convento, amplas artérias que becos escusos e tortuosos ligavam entre si. Frente ao templo *hua praça com hum terreiro de bastante grandeza* permite que nos dias de festa se acomodem *muytas carruagens das que nos taes dias concorrem a solenidade que ha na igreja* (19).

Ao fundo ergue-se a fachada principal, para onde se sobe por *hua escada com largura competente ao frontespicio a qual consta de treze degraus e vencidos estes se segue hum taboleyro formado de lages, e deste se torna a subir outra escada que consta de sete degraus, vencidos estes se chega ao segundo taboleyro, do qual se passa ao ultimo que fica na altura do pavimento do porteiro* (20).

Antes de se entrar no templo repare-se no delineamento da sua fachada. É formada por dois compos. No primeiro enguem-se oito pilares em que assentam tres grandes arcos e sobre elles corre por toda a frontaria *hua simalha de*

(16) 1 de Dezembro de 1632.

(17) Róis de desobrigas de 1664 a 1680.

(18) Vieira da Silva, in *Revista Municipal*, n.º 5.

(19) *História de Lisboa*, fl. 242 v.

(20) *Idem*.

pedra lavrada (21). No segundo corpo, onde as pilastras se seguem, rasgam-se, sôbre os arcos da entrada, espaçosas janelas. Sobre os pilares e janelas corre a simalha real e della pera sima e fecha a frontaria em hum angulo com hua torre tambem de pedra lavrada em que tem lugar os sinos ficando a ditta torre á man direyta de quem quer entrar na igreja. (22).

A galilé — espasso que vay dos arcos do portico até á porta da igreja he de abobada com sufficiente largura e o pavimento bem lageado. Correspondente ao arco do meyo tem lugar a porta principal da igreja que he muy capaz com seo frontespicio de quartões; e aos lados da ditta porta tem lugar duas colate-raes de bom tamanho e bem compostas de pedraria (23).

O interior do templo tem grandeza, imponência mesmo. Logo à entrada dois pilares quadrados de pedra branca nas quais se acomodaram as pias de agua benta. O tecto que se vê por baixo do pavimento do côro he guarnecido todo de vários payneis oitavados de levantadas molduras (24). Sob o espaço occupado pelo côro tem lugar de cada parte duas capellas may's pequenas com seos arcos de pedraria e rectablozinhos dourados posto que may's ao antigo (25). À frente, isolando-as da nave, huás grades com seos pilares de marmore vermelho e balaustres de pao santo (26).

De cada um dos lados do corpo central da igreja abrem-se quatro capellas com seos arcos de pedraria os quaes ainda que nam grandes nem de muyto fundo, como ficam porem a face da igreja nam deyzam de ser agradaveis aos olhos e algũas tem os tectos ornados de pinturas (27). Algumas destas capellas têm igualmente os lados revestidos de azolejo e os de outras ornados de pintura. Todas teem grades diante cujos pilares sam de marmore e vermelho e balaustada de pao santo (28).

Na parte superior das paredes da nave sobre o meyo de cada hũa das quatro capellas tem lugar hũa janela rasgada con suas grades diante que representam ser de pedra branca; e por estas janelas se comunica muyta luz á igreja. E o espaço interposto entre hũa e outra janela occupam payneis semelhantes na grandeza á que tem as janelas. E por cima das janelas e payneis corre a simalha real que he de pedraria a qual começa onde acaba o coro e se vay seguindo por toda a igreja até se ajustar com a do rectabulo do altar mor (29).

Erguamos agora a nossa vista para o teto do templo e, ao verificarmos

(21) Idem.

(22) Idem.

(23) Idem.

(24) Idem.

(25) Idem.

(26) Idem.

(27) Idem.

(28) Idem.

(29) Idem.

ser este obra recente, logo um dos religiosos que perto de nós passava nos elucidou: — Este tecto já não é da primitiva construção; esse era de abóbada de ladrilho e se perservou muytos anos na forma em que tinha acabado ⁽³⁰⁾. E, logo a seguir, conta-nos: *Sucedeu que no mez de Dezembro de 1694 veyo abaxo a ditta abobada cuja ruina se sucedera em alguns dia de concurso podera trazer consigo algũa muy lamentavel desgraça mas foy tam benigna e suave a providencia divina que nenhum dano causou a pessoa algũa. Obrigados os religiosos do beneficio que receberam da divina piedade na boina do tecto da sua igreja trataram logo de o reparar o que fez com tanta deligencia e cuydado o reverendissimo Padre Provincial Frey Joan da Madalena que dentro de hum ano com seo efficaz e fervoroso zelo levantou este teto de madeyra fazendo-o arqueado na boa forma em que está e no mesmo tempo — acrescenta ainda o bondoso franciscano — o que he mays para admirar, se pintou e nam só se fez com tanta brevidade a obra do tecto da igreja, mas ao mesmo tempo se apaynelou tambem o coro e guarneceo de cortinados com todo o asseio com que hoje se vê ⁽³¹⁾.*

Agradecidos, deixámos o nosso amável cicerone e prosseguimos na visita que nos propusemos fazer a todo o templo.

Do conpo central passa-se para o transepto por hum arco que dá entrada para elle, onde estão huas grades de pão santo guarnecidos de bronze dourado ⁽³²⁾. Mais três arcos existem nesta cruzeiro: hum he o que forma a entrada para a capela mor e os outros dous sam os que ficam sobre as capellas do topo ⁽³³⁾. Na capela mor — de pedraria bem lavrada — e no meio de cada um dos lados vê-se hua nobre sepultura dos Pays e avós de D. Joan Manoel que sendo ainda Bispo de Vizeo tinha já ajustado com a Provincia dos reverendos Padres Terceiros pera lhe darem o padroado da capela mor para seo jazigo e dos Condes de Atalaya que na ditta casa se fossem segundo. Nos topos jazigo e dos Condes de Atalaya que na ditta casa se fossem seguindo. Nos topos e simalha real da casa tem lugar hua janela grande com suas vidraças pellas quaes recebe o cruzeiro luz e claridade imediata. Duas portas, iguaes na grandeza com sua molduras por cima, dão entrada para a via sacra; e por outras duas fronteiras se faz transito pera as capellas do corpo da igreja ⁽³⁴⁾.

Abandonada a nave, visitadas as capellas do cruzeiro, dirigimo-nos, pelo interior do convento, atravessando a via sacra, ao côro, que nos dizem ser grandioso ⁽³⁵⁾ e o mais formoso e regular que ha na corte ⁽³⁶⁾.

A casa que o anteceda — o ante côro — assenta sobre a Portaria principal.

⁽³⁰⁾ Idem.

⁽³¹⁾ Idem.

⁽³²⁾ Idem.

⁽³³⁾ Idem.

⁽³⁴⁾ Idem.

⁽³⁵⁾ Idem.

⁽³⁶⁾ *Mapa de Portugal*, Baptista de Castro, Vol. III, pág. 387.

He de sufficiente grandeza, muyto clara e alegre pellas boas duas janellas que tem, das quaes nam só participa a casa muyta luz, mas tambem bella vista sobre algũa parte da cidade que se estende tambem ao rio; tem a casa seos assentos á roda sobre quarteirões de pedra para se poderem sentar os religiosos quando esperam o sinal pera entrar no coro. O tecto he de esteyra forrado em varias formas de payneis e todo pintado de trutesco. E entre as duas janellas rasgadas que dissemos haver na casa tem lugar hua capellinha bem ornada com seo retablosinho dourado de tres colunas por banda, com seos trossos e dentro se deixa ver a Imagem da Virgem Senhora da Conceycãm colocada sobre hua peanha dourada, que acompanham muytos serafis e com os pes sobre a lua; tem seo frontal de pedra embotida com que a capellinha faz muy vistosa e agradavel esta caza (37).

Por um arco de passagem entra-se no côro que he de boa capacidade e grandeza (38), muyto grande, claro e alegre, hum dos mais magníficos de Lisboa que pela sua excelête architettura vence a muytos dos mais perfeytos, porque nelle exercitou o arquieteto todos os primores da arte (39).

Em redor estão dous andares de cadeyras de bordo bem obradas em que se contam hum cento dellas com seo respaldo da mesma madeyra. Na parede veem-se trinta payneis de boa mam que representam a vida da Soberana Virgem May com suas misolas capiteis e simalha obra tudo de talha. Por cima do respaldo se veem tres grandes payneis no lado em que tem lugar a porta que dá entrada pera o coro á qual corresponde hum bom orgão que fica embebido na parede e ocupa o lugar fronteyro que havia de ter correspondente ao que se vê sobre a porta do coro (40).

A parede onde está instalado o orgão ostenta ainda dous payneis iguais em grandeza e em molduras aos que se deixam ver no lado por onde se entra no coro. Seguindo a mesma altura veem-se ainda na parede da fachada principal mais dous payneis; entre êles abrem-se tres grandes janellas pellas quaes participa o coro de muyta luz e claridade como nelle se pede e dezeja. Todos estes quadros de largas molduras de talha, que ainda, neste ano de 1707, nam estam douradas, representam a payxam do Senhor.

No meio das grades do coro assenta, em lugar competente, hua perfeyta Imagem do Senhor Crucificado (41).

Dedois de admirado o côro do templo visitámos a sacristia para onde se passa atravessando do cruzeiro para hum corredor no qual se encontra hũa nobre porta que lhe dá acesso. O tecto he de abobada (42) e a quem entra pela porta

(37) *História de Lisboa*, cit.

(38) *Idem*.

(39) *Santuário Mariano*, tómo VII, pág. 110.

(40) *História de Lisboa*, cit.

(41) *Idem*.

(42) Diz-nos também o mesmo documento, que vimos seguindo, que a primitiva abobada caiu no princípio do século XVII, (fl. 249 v.).

ficam fronteyros os cayxões que sam de boa madeyra embotidos de negro com ferragens de bronze dourada. Sobre os dittos cayxões corre seo respaldo em que se contam dez payneis que se dividem com suas misolas e por cima tem sua moldura. Nos topos ha dous arcos de pedraria bem fronteyro hum do doutro; á mam direyta de quem entra pela porta tem lugar o lavatório que he de pedraria e aos lados do arco que inclue o lavatorio se vê de cada parte hua porta e sobre elle hua janella com suas vidraças sendo iguais no tamanho as janellas ás portas que lhe ficam por baixo. Da outra porta correspondente ao lavatório a capella da sachristia ornada de seo retabolo dourado com a imagem do Senhor Crucificado, aos lados da ditta capella servem hūs armarios que incluem as gavetas do assentos e por cima tem hūas janellas fingidas pera dezerem com as que lhe sam oppostas dos lados do lavatorio. No meyo da sanchristia pera se collocarem os calices tem hūa meza de pedra bem liza, embotida a qual assenta sobre hum pẽ de pedra branca. O pavimento da sanchristia he muy bem lageado com marmore de diversa cor (43).

Estava terminada a visita. Saímos. Cá fora, rolando na terra solta do adro, o coche dourado dos senhores do pallácio dos Poiais desaparecia numa corrida vertiginosa. O sol, já em declínio, dourava ainda as tórres altas da igreja dos Paulistas. Soavam as Ave-Marias...

O TERREMOTO DE 1755. SEUS TERRIVEIS EFEITOS NO EDIFÍCIO DA IGREJA

Dispares são as várias notícias que até nós chegaram sôbre os efeitos causados pelo terremoto grande no templo de Nossa Senhora de Jesus. No entanto, da leitura dèsses documentos, uma certeza se pode inferir: todo o edificio — igreja e convento — foi, na sua quási totalidade, fortemente abalado pelo vigoroso cataclismo.

Do confronto objectivo entre a construção actual e a descrição que no capítulo antecedente deixámos promenorizada, vê-se claramente que a igreja, embora tivesse ficado comballida, não rufu por completo, antes, tôda a estrutura geral do edificio resistiu ao tremendo abalo, havendo mesmo, como mais adiante se verá, certas dependências onde os estragos foram mínimos.

Ouçamos, porém, o que nos relatam os escritores que ao facto se referem. Dapõe em primeiro lugar o Padre Baptista de Castro, em cuja obra teremos sempre que ver um certo exagêro na descrição dos efeitos do terremoto na cidade de Lisboa, o que, para nós, não passa de mero hiperbolismo próprio da época. Diz-nos êle (44): *Caio primeiramente a parede do oculo que ficava ao norte por cima da capela mor, e arruinando o seu tecto, que era de cantaria almofadada, despedaçou não*

(43) Idem.

(44) *Mapa de Portugal*, tómo III, pág. 387.

só todo o retabolo de talha dourada e todo o altor mor, mas a preciosa capella do Santissimo que lhe ficava contiguo. Os arcos de pedra que sustentavam o tecto da igreja e dividião o cruzeiro e o coro se desfizerão e levarão consigo parte do ornato do mesmo coro, e ofenderão outras partes da igreja, acabando de se arruinar tudo em a noite de 20 de janeiro de 1756, em que caio o tecto da igreja e se perdeu o coro, que conforme os architectos de bom gosto, era lo mais formoso e regular, que havia na corte.

Dentro da igreja morreram vinte e uma pessoas a saber, dous homens e dezanove molheres. Dos religiosos, Padre Pregador F. Manoel da Madre de Deos com oitenta e cinco anos, 62 de professo. Foram resgastadas dos estragos das ruinas muitas excellentes pinturas e trastes estimaveis que não pereceram de todo.

Do laconismo do Padre Manuel Portal sòmente logramos saber que no Convento de Jesus cahio a igreja e parte do convento ⁽⁴⁵⁾ e da interessante descripção de Frei António do Sacramento ⁽⁴⁶⁾ que grande estrago podeceu a igreja dos Padres Terceiros do Convento de Jesus; frontespício, tôrre e corpo da igreja vierão a terra.

Bem pouco é. Impossível, pois, esboçarmos quaisquer observações sôbre os verdadeiros estragos que os violentos impulsos do terremoto fizeram neste templo.

Em 1758 ainda os officios divinos se celebravam com a *decência devida* ⁽⁴⁷⁾ numa das barracas ⁽⁴⁸⁾ que para acomodação dos religiosos, igreja, côro, etc., se construíram na cêrca, visto o Convento ter ficado — segundo Frei Vicente Salgado ⁽⁴⁹⁾ — *inhabitável*.

O ano em que as obras de reconstrução principiaram ignora-se ⁽⁵⁰⁾. Contudo sabemos que foi durante o govêrno do Provincial Frei António da Conceição. *Passados alguns anos — é ainda Frei Vicente Salgado que informa — cuidou este padre em cobrir e adornar a igreja principal (que até tinha caido a abobada) os seus altares, sacristia, coro, banquetta de prata, ornamentos, levando desde o alicerce o cunhal da frontaria, escada principal, e interior, refeitórios e certos dormitórios; e as mais obras que são patentes aos que vivemos, com zêlo e desejo de melhor.*

Grande impulso, porém, a essa obra de reconstrução, deu-a o Principal da Ordem o erudito e grande pregador Frei Manuel do Cenáculo a quem Portugal ficou devendo uma obra altamente edificante. Durante o seu govêrno — Frei António do Sacramento diz ter sido em 1777 ⁽⁵²⁾ — acabou-se a reconstrução do

⁽⁴⁵⁾ *História da Ruína*, etc., fl. 16.

⁽⁴⁶⁾ *Memórias Curiosas*, etc., pág. 52.

⁽⁴⁷⁾ *Compêndio*, etc., Frei Vicente Salgado, pág. 111.

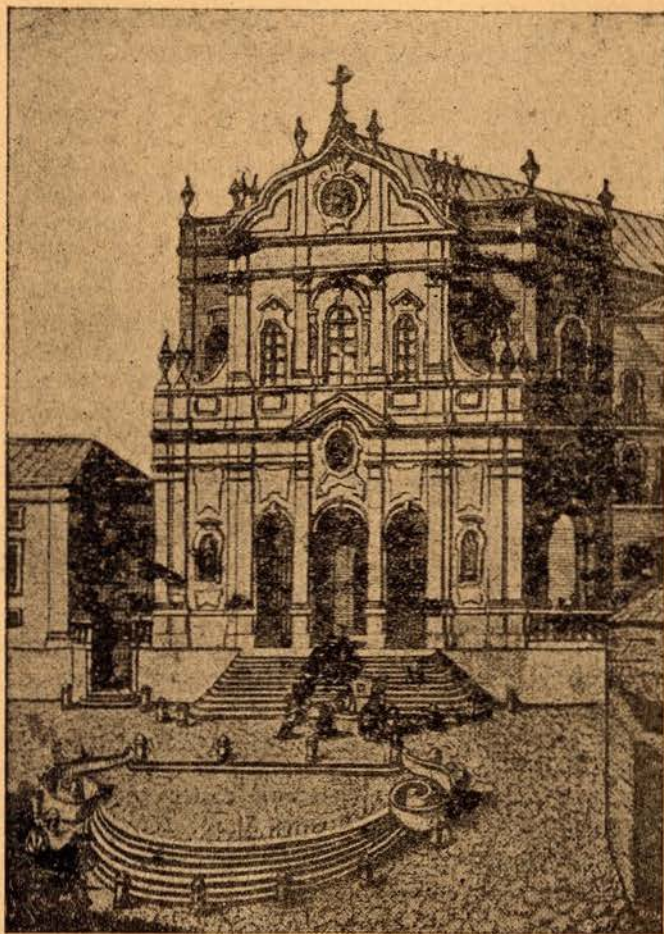
⁽⁴⁸⁾ *Mapa de Portugal*, tómo III, pág. 387.

⁽⁴⁹⁾ *Compêndio*, etc., pág. 111.

⁽⁵⁰⁾ Frei António do Sacramento diz (obra cit.) que pelos anos de 1760 se consertou a Igreja.

⁽⁵¹⁾ *Compêndio*, etc., pág. 211.

⁽⁵²⁾ *Memórias curiosas*, etc., pág. 52.



*Antigo aspecto do adro da igreja de Nossa Senhora
de Jesus*

coro com tribunas dignas, as lunetas da capela mor e suas tribunas, a ante sacristia e levantou-se o frontespício da igreja (53).

Tôdas estas obras foram de grande despeza, porem concorrerão (concorreram) com seu respeito muito para elas dous Bispos que actualmente vivem nos seus Bispados, sendo o mais atendido o Ex.º D. Frei Manuel do Cenaculo que ao mesmo tempo era tambem Presidente da Real Meza Sensoria, mestre do Serenissimo Principe, com outros honorificos empregos — salienta Frei António do Sacramento (54).

Por sua vez Baptista de Castro escreve (55): *Muito deve a comunidade ao zelo dos R. R. P. P. Fr. Manoel da Conceição Poyares, Ex. Definidor, e Ministro local da Casa, e ao Commissario Provincial, e visitador; porque hum mandando desentulhar a igreja, e resgatar dos estragos das ruínas muitas excelentes pinturas, e trastes estimaveis, por não perecerem de todo e o outro mandando restaurar varias porções do convento, o tem feito capaz quanto he possivel de habitarem nelle os Religiosos.*

Na *Mnemosine Lusitana* (56), interessante publicação de 1816, onde, em um dos seus números, há uma descrição da igreja de Nossa Senhora de Jesus, lê-se o seguinte passo: *Pelo zelo e actividade do Padre Mestre Frei Jose Teixeira, commissario Provincial, do Ex. D. Frei Manuel do Cenaculo, mestre do Serenissimo Principe D. João, depois Bispo de Beja e Arcebispo de Evora e do Padre Mestre Sarmento se reedificou este belo edificio.*



As obras de reconstrução foram bastante morosas; iniciadas, como vimos, pouco tempo após o terremoto, ainda no final do século XVIII elas se arrastavam. Datam já do govêrno de Frei António Vieira, ministro Geral da Ordem, as *grades dos arcos da Frontaria* (57).

Tôdas elas, bem como os arranjos e ornamentações das capelas, a que mais adiante nos referiremos, constituem, quanto a nós, a segunda época dêste templo.

A IGREJA TAL COMO A VEMOS HOJE

Documento algum — excluindo a já citada *Mnemosine Lusitana* — fala do architecto que projectou as obras de restauro do edificio de Jesus. Temos, por isso, que aceitar como autêntica a informação daquelle *magazine* que aponta o nome de Joaquim de Oliveira como o artista a quem se ficou devendo a fron-

(53) Frei Vicente Salgado. Ob. cit., pág. 213.

(54) Obra cit., pág. 52.

(55) *Mapa de Portugal*, Vol. III, pág. 389.

(56) N.º XXII — pág. 357.

(57) *Compêndio, etc.*, pág. 226.



Fachada principal da igreja de Nossa Senhora de Jesus

taria e o adro do templo. Porém — aqui o deixamos registado — nem Viterbo, nem o autor de «Les arts en Portugal» ao falarem de Joaquim de Oliveira lhe atribuem o risco da igreja de Jesus.



A frontaria do templo é absolutamente correcta, dentro das suas linhas sóbrias e elegantes. Em toda ela ressaltam — o que demonstra que nem todo o corpo da fachada ruiu com o terremoto — vivos vestígios da construção de seiscentos.

No primeiro entablamento, com pilastras de ordem dórica, rasgam-se os três portais de entrada e, de cada lado, dois nichos onde estão as estátuas de S. Francisco e de S.^{to} António. Sobre a porta principal vê-se um óculo iluminante com a Imagem de Nossa Senhora de Jesus. Na parte superior, de curioso recorte e bela execução de ornatos, com pilastras de ordem jónica e grandes vasos de cantaria, abrem-se as três grandes janelas que iluminam o côro. Aos lados, na reentrância do corpo central do edificio, mais quatro janelas, duas para o largo de Jesus e outras duas para as fachadas laterais — a antiga portaria do Convento e a entrada da capela ds Terceiros. Em frente do edificio, para onde se sobe e por larga escadaria, existiu até final do século XIX um adro — *curioso e amaneirado* — na expressão de Júlio de Castilho ⁽⁵⁸⁾ — com oito degraus a que se seguia uma balaustrada em voluta e uma fila circundante de «frades».



Quem, antes de entrar no templo de Jesus, fixar a vista no recorte caprichoso da sua empena *agradável, por se afastar da monotonia das rectas e linhas oblíquas* ⁽⁵⁹⁾, decerto reparará que não existe — caso bastante raro — em todo o corpo do edificio qualquer vestígio de torre sineira. Qual a razão desta falta? Não se sabe explicar, como também se ignora em que local Joaquim de Oliveira (ou quem quer que tivesse sido o architecto da reconstrução) projectada o levantamento da torre que, como já dissemos, existiu até à derrocada do edificio — *á mam direyta de quem quer que entra*.

Os sinos ainda hoje existem. Esperam na antiga cêrca do Convento que se construa — talvez num dos topos da sacristia — a sua indispensável guarida. Existem; mas não já no seu número primitivo. Quando da construção do Arco da Rua Augusta, como os sinos não tinham tido ainda aplicação, levaram do Convento de Jesus um dêles. Lá foi colocado e, durante muitos anos, Lisboa ouviu do seu bater sonoro as horas compassadas e dolentes. Numa das últimas revoluções de que a cidade foi tão pródiga no primeiro quartel dêste século,

⁽⁵⁸⁾ *Bairro Alto*, Vol. III, pág. 284.

⁽⁵⁹⁾ *Mnemosine Lusitana*, num. cit.

uma granada inutilizou-o. Passaram anos. Há pouco resolveu-se que o relógio da Rua Augusta voltasse a «falar» e como a sua primitiva «voz» era a voz dos sinos da igreja de Jesus, lá quizeram ir buscar um outro. Felizmente o reverendo Prior Augusto José Marques Soares não acedeu ao pedido e os sinos continuam aguardando a tão famigerada obra — a construção da torre sineira ⁽⁶⁰⁾.

A galilé — género da do templo dos Paulistas — é bastante espaçosa e tal qual a deixou o cataclismo de setecentos. No espaço entre a porta central e a que lhe fica à esquerda está uma inscrição cuja pedra é encimada por uma cruz assente sobre um livro. Reza ela:

JAZIGO PERPETUO DOS IR-
MÃOS de S.º ANT.º Q COMPRA=
RÃO COMO CONSTA DA ESCRE=
TURA DAS NOTAS DAN.º DA CU=
NHIA PARTE PELO M.º DA PORTA
PRINCIPAL P.ª ASERCA ANNO DE 1663

Esta lápida atesta — como se depreende — que os jazigos dos irmãos da Irmandade de Santo António, uma das mais antigas do templo e da qual adiante falaremos, ficavam situados entre a porta principal e a cerca do convento.



Entremos no templo.

A nave, uma das maiores das igrejas de Lisboa, sem ter imponência, tem contudo relativa grandiosidade; luz em abundância.

Tem a mesma disposição architectónica que acusava antes do terremoto.

Da construção primitiva, além das janelas que sobrepujam as capelas laterais e do arranjo de algumas destas, ressaltam-nos nitidamente os dois pilares faceados de pedra branca com sua pia de água benta em toda a volta.

O teto em abóbada, não é decorado de bons estuques — antes, é pobre, feio mesmo. Pena foi que João Grossi, o grande estucador do século XVIII, que deixou a sua obra assinalada bem perto deste convento, nos tectos da capela dos erceiros e da Igreja dos Paulistas, ⁽⁶¹⁾ não tivesse sido chamado a decorar também esta igreja de Jesus.

(Continua)

⁽⁶⁰⁾ A construção da torre tem sido pedida várias vezes pelo prior do templo ao Ministério das Obras Públicas, estando já elaborados os respectivos estudos. No projecto já executado, a construção da torre fica anexa à sacristia, junto a um dos topos, onde tem apropriado e fácil acesso. O outro estudo defende a colocação da torre na fachada principal o que parece pouco aconselhável visto ferir profundamente a traça architectónica do edificio, cujo equilibrio é notável.

⁽⁶¹⁾ *Memórias*, Cirillo Volkmar Machado, pág. 216.

De que morreu a Severa ?

pelo Dr. AMARO D'ALMEIDA

As nove horas da noite de trinta de Novembro de 1846, faleceu na Rua do Capelão, a celebrizada meretriz Maria Severa, na casa que hoje tem o número 36 e que faz esquina para o Bêco do Forno.

Rodou quasi um século sobre essa data, mas esta mulher humilde, das espeluncas do vício, é ainda hoje uma figura que o espirito simples do povo lisboeta venera e mantém envolvida em lendas mais ou menos curiosas.

Se consultarmos o livro de óbitos da igreja do Socorro, encontraremos a fôlhas 143, verso, o registo de Maria Severa Hojnofriana, falecida «*apoplética e sem sacramentos*», registo esse, cuja transcrição se encontra na primeira Conservatória, e portanto, onde também se lê ter falecido de «*congestão cerebral*» e sido lançada na vala comum.

A-pesar do respeito que êstes escritos officiais nos merecem sempre, fica-se indeciso entre êles e a tradição, que é, afinal, a memória que o povo tem das coisas e que conserva de boca em boca, de pais para filhos.

A tradição popular conta que a Severa morreu tuberculosa.

Por julgar estranha esta discordância, procurei obter através da respectiva bibliografia, os elementos que nos poderão servir para esquadriñar bem o tema.

Tinop, na *História do Fado*, foca Maria Severa mais nas suas relações com o Fado e a rufiagem daquela época, na Mouraria, dando-nos poucas notas respeitantes à pessoa em si. E mesmo essas poucas notas não são consistentes, como êle próprio confessa, dizendo-as «*destinadas a correções e retoques biográficos*».

Cita, por fim, a páginas 68, que «*segundo papagueia a lenda, morreu duma indigestão de borrachos regados de boa pinga*».

Teria sido lenda construída com o fim de focar os hábitos alcoólicos da menezza, ou então, tomando a palavra *borracho* no sentido que lhe dá o calão (murro), essa lenda focaria o aspecto turbulento da Mouraria dêsse tempo, de bebedeiras e zaragatas.

Mas, mais abaixo, o mesmo escritor diz que Maria Severa foi conduzida da dita casa da Rua do Capelão, para o hospital, «*onde se finou na enxêrga duma enfermãria especialista*».

Êste parece ser um ponto falso de Tinop, porquanto todos estão de

acôrdo que ela faleceu na casa da Rua Suja (à esquina da Travessa do Forno), registando o óbito com a maior clareza:

«Rua do Capelão, 35-A, loja» (hoje n.º 36).

A tradição popular também o evoca (1):

*Num bêco da Mouraria,
Onde a alegria
Do sol não vem,
Morreu Maria Severa.
Sabem quem era?
Talvez ninguém.*

Júlio Dantas, na peça depois adaptada à película cinematográfica (2), também a faz morrer em sua própria casa.

E J. de Sousa e Costa diz a páginas 76 da sua obra (3):

«...quando entreluziu a manhã do dia em que ela morreu naquela casa desconfortável da Rua do Capelão, disse à sua caridosa enfermeira de três semanas de combate com a morte...»

E depois, a páginas 165 (4), conta os pormenores ouvidos a um contemporâneo da pobre rameira:

«Horas antes de morrer, a sua companheira Maria José foi chamār um médico à Rua Nova da Palma, cujo prognóstico sombrio pouco depois se confirmou. Após ter pedido para ir para a vala comum, começou a agonizar por volta das seis horas da tarde, ouvindo-se na rua o estertor. Às nove horas faleceu.»

Depreende-se também daqui, que Maria Severa morreu em casa e não no hospital.

Mas a alusão que Pinto de Carvalho faz ainda à «entêrga especialista» e que «o hospital é a face sombria dêsse outro João, que se chama — a prostituição», deixa transparecer que a celebrizada fadista morreu de doença vulgar entre as da sua pobre casta, isto é, naturalmente de tuberculose ou doença venérea.

O aludido escritor J. de Sousa e Costa é de todos quem mais cuidadosamente esquadrinhou a personalidade daquela mulher e muito particularmente sob o ponto de vista moso-psicológico, dando-nos, através da sua obra, os mais ricos elementos que vêm confirmar a tradição.

«Passaram mais de dois anos, ou talvez três, quando a vi certa manhã

(1) Revista Popular.

(2) «A Severa», 4.ª edição.

(3) «Severa», Livraria Bertrand, Lisboa.

(4) Ob. cit.

no Poço do Borratém, muito pálida, magríssima, tossindo muito, mas sempre alegre (1)».

E depois:

«— Estás doente, Maria Severa? — preguntámos, com muito interêsse.

— Muito... muito doente! Tenho imensa tosse. O coracêsto escangalhado... tonturas na cabeça, além doutras coisas que hão-de pregar comigo nas malvas!... E além de tonturas... tontices!!!

— Trata-te... vai ao médico...

— Vou mas é direita para a horta do padre!... lá para os lados do Alto de S. João!... O médico não me disse coisa alguma, mas eu bem vi que êie torceu o nariz!...

Poucas semanas antes de morrer vi-a na Rua da Betesga com um latagão, belo e desempenado rapaz, tipo toireiro. Tive imenso dó dela, pode crer; era a sombra da Severa... os olhos é que eram os mesmos... muito meigos e cheios de ternura, mas sepre aprumada, elegante e vistosa! Até que em certa manhã ouvi esta notícia que deu uma frêguesa de minha mãe:

— A Severa lá está no cemitério!». (2)

Isto é contado por um contemporâneo dela, ao próprio escritor. E para não julgarmos que êste está sugestionado, tomo a liberdade de esclarecer que a sua opinião pessoal é que a Maria Severa não morreu tuberculosa (3).

Apreciemos, então, bem as palavras transcritas:

A doença parece ter-se apossado dela dos 23 para os 24 anos, porque uns dois ou três anos antes dela morrer, ainda o narrador a vira bem (morreu aos 26).

Do seu aspecto sabemos que se apresentava pálida e magríssima, sendo para frisar, também, os olhos meigos e aveludados, tão característicos dos héticos.

Como sintoma do aparelho respiratório, ressalta a tosse, e das perturbações subjectivas, queixa-se ela de tonturas «além doutras coisas» que não quis contar.

A rapidez da doença também se depreende do que se transcreve, assim como o mau prognóstico do médico que a observou e lhe «torceu o nariz», sem se abrir muito.

A páginas 26 podemos ler:

«Quando êle (refere-se a Vimioso) se amantizou com a Severa, já esta padecia um pouco da garganta. A voz enrouquecera; descuidou-se no tratamento.»

Êste estado da garganta também se confirma no episódio sucedido no

(1) Ob. cit., pág. 12.

(2) Ob. cit., pgs. 12 e 13.

(3) Opinião que me foi transmitida particularmente, por escrito.

Colete Encarnado, quando a meneza vai procurar o fidalgo e se encontra com a famosa e endiabrada atriz Emilie Letroublon.

Depois da Severa sair, a artista cantou, por graça, um fado, a imitá-la, dando à voz um tom velado e ligeiramente enrouquecido, resultando uma imitação magnífica, segundo os que a ouviram (1).

Isto permite-nos pensar numa localização laríngea da tuberculose, que muitas vezes se associa às formas pulmonares em evolução, dando uma rouquidão progressiva.

Importante também se nos apresenta o sintoma hemoptise.

Depois de ter caído sem sentidos no Largo do Carmo, levantaram-na e tinha sangue nos lábios (2).

«— Estás ferida, Severa?

— Não estou... isto é cá de dentro! É com esta a terceira vez que me dão vadagaños e nessa ocasião deito sangue pela boca.»

E o célebre Inteligente Manuel Botas, que tanta vez bateu o fado com ela, dizia:

«Parece que nos últimos tempos da sua vida deitava sangue pela boca. Vi-a uma vez no Rossio... causou-me imensa pena! Conservava a sua elegância e o brilho dos seus olhos lindos...»

O sintoma febre também não falta quando, a páginas 40, ela diz, ao regressar a casa abatida pela doença e pela má vida:

«— Quero morrer! — respondeu-lhe um dia (à companheira) ao mesmo tempo que se atirava para cima da cama chela de febre e de cansaço; quero morrer!...»

E depois:

«Começou queixando-se bastante de grandes tonturas e duma dor surda e constante do lado esquerdo do peito.»

As tonturas traduzem bem o estado de intoxicação endógena a que todo o tuberculoso adiantado chega, e a dor fixa no hemitórax esquerdo é igualmente um sinal que é fácil encontrar em doentes pleuro-pulmonares.

E então, esta obra, a páginas 80, não nos deixa dúvida de que a Severa tomava às colhéres um xarope que lhe dava «tanto alívio», que lhe tirava a tosse e que devia ser tomado com conta, que bem nos parece ser morfina, o recurso de que o clínico delta sempre mão, nos casos perdidos, quando quere aliviar o sofrimento:

«— Maria, disse ela na véspera de morrer, um pouco desse xarope que me dá tanto alívio!...

— Não pôde ser, Maria Severa, porque o médico marcou a quantidade de colhéres por dia!...

(1) Ob. cit. pg. 120.

(2) Ob. cit., pg. 33.

— *É que eu quero evitar a tosse, que certamente está incomodando quem me ouve!*»⁽¹⁾

Ao lado de todos estes sintomas, temos a típica evolução do mal, em que a pouco e pouco se vai sentindo cada vez mais doente:

«*Se me poupo duro dez meses; se me não poupo duro nove!... Conheço perfeitamente o meu estado, pouco durarei felizmente!*»⁽²⁾

Típico é também o sofrimento atrás de três semanas de luta com a morte, num estado de lucidez perfeita. Assim disse ainda na manhã do dia em que se finou:

«— *Quando chegará essa hora? — perguntou algumas vezes, a quem lhe velou a prolongada agonia. Como ela tarda para eu descansar de vez!...*»⁽³⁾

Cabe-me agora fazer algumas considerações sobre a tal Angina de Peito de que fala Júlio Dantas e também tão repisada por Sousa e Costa:

«*Horas antes de morrer queixou-se de lancinantes opressões no lado esquerdo do peito, com repetidas sufocações e dificuldade de falar.*»⁽⁴⁾

É certo que muita coisa pode dar essa opressão, mas de todas, a menos provável, neste caso, seria a Angina de Peito.

Não é em pessoas de 26 anos, que habitualmente se mostra o quadro de Angor Pectoris. Praticamente, isso só aparece em doentes já dum certa idade, sofrendo dum Síndrome Hipertensivo, com compromisso funcional da irrigação do miocárdio, ou então, havendo já lesões de esclerose das próprias artérias coronárias ou sífilis da aorta.

Em gente nova e dum certa labilidade nervosa, sem dúvida que é possível, após uma forte emoção, aparecer o quadro completo de Angina de Peito. Mas estes casos são os chamados de Falsa Angina, por serem reversíveis, ao terminar o espasmo das artérias.

Parece um destes ataques, o que na peça de J. Dantas se descreve. Do facto do Custódia ter ido à arena matar o touro à navalhada, resultou um grande aborrecimento para o Marialva e desavença com a Severa.

Esta assim conta ao alquilador Romão:

«— *O certo é que de volta para casa, com o Custódia, mesmo à entrada da porta, deu-me uma dor no coração, que até cuidei que morria! Cai de cara nas lages...*

(Custódia) — *Entrou a fazer-se muito branca...*

(Severa) — *Uma dor tão grande e sem poder tomar o fôlego...*»⁽⁵⁾

(1) Ob. cit., pg. 81.

(2) Ob. cit., pgs. 160 e 161.

(3) Ob. cit., pg. 77.

(4) Ob. cit., pág. 162 e 163.

(5) «A Severa» - J. Dantas, 4.^a ed., pg. 185.

As palavras sublinhadas expressam bem a crise anginosa, mas, repito, o mais natural, de Falsa Angina (espasmódica).

Outra coisa pode dar opressão, dificuldade de falar e sufocações, ainda dentro do quadro de Tuberculose Pulmonar — é o Pneumotórax Espontâneo, isto é, a entrada de ar na cavidade pleural.

Isto pode suceder, quando da existência de extensas destruições do pulmão, fazendo-se, assim, a comunicação dum ramo brônquico com o espaço intrapleural.

É o colapso brusco do pulmão, com o estiramento de algumas possíveis aderências, que dá ao doente aquela situação angustiosa de sofrimento, com falta de ar e violenta opressão, que só a morfina consegue atenuar.

Há, no entanto, um ponto a meditar. É que o médico chamado, Dr. Joaquim Rodrigues, receitou sanguessugas, sinapismos e lavagens intestinais irritantes.

Esta terapêutica do século passado era uma terapêutica inespecífica, aplicável em todas as situações em que fôsse necessário derivar a circulação dumas regiões para as outras. No caso de apoplexia cerebral, também, de facto, estava indicada, porque procurava fazer a chamada de sangue do cérebro para os territórios da parte inferior do corpo.

Este tratamento condiz, portanto, perfeitamente com o que no óbito se escreveu — congestão cerebral.

No óbito não figura o nome do médico assistente, mas daqui concluo que tenha sido o mesmo Dr. Joaquim Rodrigues.

Ora, quando muito, a apoplexia cerebral podia ter sido um acidente terminal e nada mais.

Não se pode pensar que alguém a tenha durante três anos e que se vá entretendo com ela, até morrer.

Mas mesmo como acidente terminal enxertado no quadro geral de Tuberculose, acho-a muito pouco provável. Tendo na devida conta os precários métodos de diagnóstico que nessa data ainda se utilizavam, mesmo com o maior respeito pela intuição e saber do médico assistente, nada nos custa aceitar que a complexidade do quadro da Tuberculose Terminal, sobreposta à angustiosa situação dum Pneumotórax Espontâneo, com obnubilação psíquica, pudessem levar o Dr. Rodrigues àquêle diagnóstico.

Outra coisa ainda nos sugere a obra de Sousa e Costa. Diz-nos, a páginas 162, que o Dr. José António Marques, em princípios de 1846, a observou e disse que sofria de *palpitações desordenadas, a que um facultativo moderno chamaria taquicardia*.

Ora, há aqui, naturalmente, um lapso de expressão do autor. Certamente queria dizer *pulsações desordenadas, isto é, pulsações sem ordem, a que um facultativo moderno chama aritmia*.

Em pessoas novas, a doença de coração que mais facilmente descompensa e faz perder o ritmo, é o apêrto mitral.

Esta lesão pode formar, num certo grau de adiantamento, estase de sangue nas cavidades cardíacas e pequenos coágulos, que, a destacarem-se, podem produzir uma embolia.

Sucedo que o quadro clínico de embolia cerebral é em tudo semelhante ao de hemorragia, e tão semelhante, que embarça o médico na sua destriça, um sem número de vezes.

Teria o Dr. José António Marques observado, de facto, uma aritmia (delirium cordis) de apêrto mitral e teria havido um acidente de embolia sobreposto à doença pulmonar existente?

A confusão de embolia cerebral com congestão (hemorragia!) é absolutamente viável, para qualquer médico, mesmo dos nossos tempos.

Não temos, de facto, elementos que possam dar consistência a esta hipótese, mas falámos nela apenas para mostrar quanto tem de vago, para nós, o acidente terminal, tratado com bichas e clisteres, o que, aliás, nos parece de valor secundário, também.

A peça de J. Dantas também é rica de elementos que confirmam a Tuberculose. O quarto acto abre com a rameira embrulhada numa manta, sobre um canapé, em visível *attitude de cansaço*. Algum tempo depois de conversa com o Custódia, entra o Romão, que *fica vivamente impressionado com a palidez da Severa*⁽³⁾.

O estado de abatimento progressivo faz-se bem notar. Já a pags. 194⁽⁴⁾ a Severa tenta abrir uma gaveta da cómoda sem o conseguir, dizendo à Chica, sua companheira:

«— *Puxa esta gaveta, que eu não posso!*»

Nesse mesmo acto faz-se notar a palidez e o emagrecimento ao entrar o D. José em cena⁽⁵⁾. Este diz-lhe, depois de a encarar:

«— *Mais magra, vêm-se melhor os sinais das bexigas.*»⁽⁴⁾

E quando Marialva volta para fazer as pazes, nota-lhe os «*olhos pisados*»⁽⁵⁾.

O episódio da morte está, evidentemente, adaptado à cena, e portanto não pode ter a realidade que para este efeito se exigia.

No entanto, o escritor consegue, bem, dar-nos a *idéia da decadência física progressiva*, da figura da menezza, através destes pequenos nada.

(1) Ob. cit., pg. 183.

(2) Ob. cit.

(3) Ob. cit., pg. 197.

(4) Ob. cit., pg. 199.

(5) Ob. cit., pg. 204.

Achamos, pois, como coisa que nos parece mais bem fundamentada, um estado de Tuberculose Pulmonar.

Rapariga pobre, de 26 anos de idade, de vida desregrada, com orgias e descantes, voz velada um tanto enrouquecida, tosse e hemoptises. Tudo se arrasta em cêrca de três anos, caíndo em agonia com a perfeita consciêcia do seu estado.

Para mim, só não está bem esclarecido, por falta de elementos, o acidente terminal, que parece ter sido o fecho da sua existêcia.

Três hipóteses me parecem possíveis:

- 1) Pneumotórax Expontâneo, o mais provável, visto poder relacionar-se com a doença principal. Dá forte opressão do lado esquerdo e sufocação.
- 2) Embolia cerebral, ligada a doença cardíaca concomitante. Dá um quadro clínico de paralisia, igual ao de Hemorragia Cerebral, sendo, portanto, o que mais se ajusta à rubrica do óbito — Apoplexia.
- 3) A Angina de Peito verdadeira, com Ictus Hemorrhagicus. O menos provável, aos 26 anos de idade.

De qualquer dos modos, o acidente terminal, num caso destes, é sempre de interesse secundário, para as linhas gerais da história da celebrizada fadista, que há quasi um século expirou na Rua Suja, da Mouraria.

Palestra proferida na visita dos «Amigos de Lisboa»

às instalações da Sociedade
Comercial Abel Pereira da Fonseca
em 14 de Janeiro de 1945

por ALFREDO F. RAMOS

Um jornalista de renome intitulou estas nossas instalações de «catedral do vinho». VV. Ex.^{as} confirmarão se o epíteto é ou não merecido.

De facto, nestes tanques que pisamos, nestes depósitos e tonéis que nos rodeiam, guardam-se alguns milhões de litros de vinho. É aqui que se cuida do seu preparo e apresentação, tanto para exportar como para o consumo interno.

Há anos atrás, todos os cuidados iam apenas para o vinho que se exportava. O tratamento do que se destinava ao consumo interno era deixado ao cuidado dos vicultores. Arreigou-se até, no espírito do público, a convicção de que o bom vinho, o vinho puro, era aquêle que se consome tal como fica depois da fermentação natural. Ainda hoje é frequente algumas casas de venda a copo reclamarem o vinho «em cima da bôrra, recebido directamente do lavrador» como se isso fôsse garantia de boa qualidade.

A verdade é que a ignorância dos princípios da vinificação faz com que a maioria dos produtores fique à mercê de fenómenos, para eles ainda desconhecidos, mas que poderosamente influem na qualidade do vinho. Esses fenómenos, de natureza agrológica, botânica, meteorológica, química, etc., só podem ser conhecidos pelos enólogos e não é lícito exigir aos lavradores cursos de enologia.

Por isso, tem razão o brilhante escritor brasileiro Paulo Duarte, quando, num artigo a propósito dos vinhos portugueses, diz:

«O vinho não é uma composição física, porque não é só uma mistura; nem química, pois não é só uma simples combinação; nem biológica, porquanto não é apenas um simples caldo de cultura. É tudo isso ao mesmo tempo ao serviço de uma arte, que é a arte do Vinho. A sua formação exige a mão do artista, como o mármore para ficar estátua. É muito fácil pisar a uva, deixá-la fermentar e engar-

raçar o suco vermelho depois. O que é difícil é fazer o vinho, que exige vigilância e carinho, vocação e amor, tratamento e técnica, análise e síntese, trabalho e repouso, sabedoria e tempo, temperatura e luz especiais, mil cuidados para a harmonia perfeita de um conjunto ténue de ácidos, alcoois, éteres, tanino, óleos, glucose, glicerina, fermentos, bactérias e mais coisas que entram na sua combinação. Esses cuidados vão do solo em que se planta a vinha ao momento de consumi-lo. Até para bebê-lo exige cuidados especiais: decantá-lo com algumas horas de antecedência, deixá-lo em contacto com o ar pelo menos duas horas, aquecê-lo, se tinto, refrescá-lo apenas, se rosado, resfriá-lo e até gelá-lo, se branco. Por isso é que se pode definir um povo pelo seu vinho. «O vinho tem o gosto da terra», diz um provérbio francês. A terra secularmente trabalhada, a terra perfeitamente domesticada, é que o produz, como depois de haver atingido uma alta civilização é que o homem poderá apreciá-lo.»

Assim, cabe-nos, na nossa qualidade de distribuidores, proceder às correcções necessárias para que os vinhos mantenham os seus tipos clássicos. Lotando uns com outros, damos às massas vinicas as características de perfume e espessura indispensáveis, permitindo que um vinho mais rico em alcool, mas de paladar menos agradável, seja adicionado a outro que possua em maior grau a segunda qualidade em detrimento da primeira. Estes tratamentos, trasfegas, lotes, clarificações, etc., não devem, evidentemente ser feitos pelo viticultor que não pode perder o seu tempo em operações sempre morosas e delicadas. Também não o podem ser pelo pequeno comerciante, que não dispõe nem de instalações nem de pessoal para isso.

Eis, pois, a tarefa que nos compete e da qual aqui nos desempenhamos com gosto, convencidos de que correspondemos a uma necessidade nacional, preparando e apresentando convenientemente os vinhos portugueses.

E nas populares cem sucursais de venda directa ao público, que temos espalhadas pela cidade — mais conhecidas pelas lojas «Val-do-Rio» — proporcionamos aos mais exigentes consumidores a certeza de que compra vinhos seleccionados, tratados com esmero. Igual garantia oferecemos aos numerosos clientes que possuímos dispersos pelas cinco partes do globo. Cinco partes do globo, dizemos, porque, como anunciou o vate, se mais mundos houvera lá chegariam.

Todavia, para que esse tratamento seja eficientemente controlado, existe o laboratório, onde de há muitos anos prestam serviço experimentados técnicos.

Todos os vinhos que adquirimos são sujeitos a rigorosas análises para verificação das suas propriedades, gradação alcoólica, acidez, espessura, cor e outras qualidades. A prova vulgar serve apenas para uma apreciação de ca-

rácter provisório. Só a análise química estabelece qual o destino a dar aos vinhos: se para consumo como tal, se para vinagre, se para destilar e transformar em aguardente. Assim, todos os vinhos se aproveitam, dando-se-lhes o destino conveniente.

A lavagem do vasilhame, o engarrafamento mecânico e o acondicionamento são, como também acabaram de ver, devidamente cuidados. Attinge-se, assim, as condições de perfeição exigidas pelos organismos oficiais que controlam as actividades das firmas que negociam em vinhos.

A *técnica* deve a nossa casa, em grande parte, o seu constante progresso e o seu nível.

A aplicação, à prática, dos trabalhos de cientistas ilustres, a começar por Pasteur, a grande glória do século XIX, e de toda a pleiade de sábios que se têm dedicado ao estudo da vitivinicultura, como, entre os estrangeiros, Porta, Viala, Maumenez, Ventre, que em 1938 nos visitou, Pacotet, Sanino, Gimel, Sebastian, Ribereau-Gayon e, entre os portugueses, Cincinato da Costa, Duarte de Oliveira, Pedro Bravo, Homem de Melo, Pato, Emílio Estácio, Visconde de Vila Maior, etc., têm permitido racionalizar a nossa produção, quer interna quer externamente.

Dêste modo, os nossos produtos estão sempre modernizados e os consumidores habituaram-se já a procurar nos nossos artigos a satisfação dos seus gostos mais exigentes.

É, pois, no cumprimento de gratidão que aproveitamos este momento para prestar a nossa homenagem a todos os homens de Ciência pura e em especial aos que, dedicando as suas investigações e estudos ao fabrico e conservação do vinho, permitiram uma melhor *técnica* que, por sua vez, sendo estritamente seguida, nos auxiliou nesta empresa.

*

* *

Criando marcas que se tornaram já ou populares ou conhecidas entre os verdadeiros apreciadores, quer aqui quer nas nossas colónias e no estrangeiro, como o *Sanguinhal*, o *Menagem*, o *Brandy Bela*, o *Lisbon Wine* e tantas outras, quiseamos defender o bom nome dos nossos vinhos e derivados, fixando tipos e impondo-os pela sua excelência.

Também não descurámos os licores e xaropes, e as nossas marcas *Anisado Sol*, *Triple Sêco*, *Cherry Brandy* e *Curaçao* têm constituído — modéstia à parte — um duplo êxito, quer no que diz respeito a qualidade quer a aceitação.

Para tanto, adquirimos há mais de uma vintena de anos atrás a antiqüíssima Companhia Portuguesa de Licores, a «Licorista».

*
* *
*

A história simples destas instalações é, afinal, a da nossa sociedade. Fundada, em 1906, pelo Sr. Abel Pereira da Fonseca e pelo falecido Francisco de Assis, sofreu a nossa firma uma evolução favorável, sempre num sentido de progresso e desenvolvimento, graças aos tenazes e constantes esforços dos seus fundadores e dos seus colaboradores, entre os quais se destacava o Sr. Marcellino Nunes Corrêa, que, pela retirada dos negócios do Sr. Abel Pereira da Fonseca, em 1936, ficou sendo o principal director da nossa Sociedade.

Organizou também a nossa sociedade um sistema de transportes destinado a reduzir o custo da deslocação da mercadoria e construiu grandes armazéns centralizadores e reguladores de distribuição em vários pontos do País.

E aqui, no Poço do Bispo, de um pequeno armazém onde, a princípio, existiam meia dúzia de homens, fomos levados, pelo aumento sempre contínuo das nossas actividades, a erguer, pouco a pouco, este conjunto de instalações, aperfeiçoadas e melhoradas de acôrdo com as exigências modernas, considerados os aspectos psicotécnico e de organização de trabalho, e que constitui um pequeno mundo onde se agitam, presentemente, algumas centenas de pessoas e se movimentam dezenas de milhões de litros anualmente.

Estas instalações, que não têm despertado qualquer interesse nos nossos homens públicos, que as deviam conhecer, têm, em compensação, sido visitadas e muito elogiadas por representantes de vários países que pretendem estar ao corrente do que existe de apreciável no estrangeiro. Também os alunos do Instituto Superior de Agronomia aqui têm vindo várias vezes em visita de estudo, acompanhadas do ilustre professor Dr. Cincinato da Costa, assim como os da Faculdade de Ciências.

Desta maneira, a acção da Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca na vida económica da capital tem sido, com orgulho o dizemos, intensa. Aparte as suas actividades exportadoras e de venda de vinhos e azeites e outros géneros alimentícios por grosso para o consumo interno, abastece ainda Lisboa, através das suas 100 filiais, não só de vinhos e azeites, aguardentes, licores e vinagre, mas ainda de cereais, legumes e outros géneros alimentícios.

Essas 100 lojas têm tido, na sua já longa existência, episódios dignos de registo, bastando lembrar aquêle que originou, há cerca de 40 anos, a afixação de um aviso nas sucursais, onde se lia: «Dá-se 1.000 libras-ouro a quem seja capaz de provar que o nosso vinho não é puro».

E isto porquê?

Tinha sido a nossa organização encarregada de colocar a colheita do grande lavrador que foi José Maria dos Santos, o «Rei do Vinho», cuja pro-

dução anual se elevava à bagatela de 30.000 pipas, e fê-lo vendendo o vinho ao preço de 55 réis o litro, do qual tinha que entregar ao Estado 38 réis de imposto de consumo e de «Real de Agua». Naquele ano, o vinho era vendido fora de portas a vintém o litro! Como isso já vai longe...

José Maria dos Santos decidira-se a entregar-nos a sua produção total para venda, naquelas condições, para contrapor à campanha de descrédito que lhe era movida pela concorrência, no intuito de o obrigar a reduzir a aguardente tóda aquela massa vinica produzida nas grandes propriedades de *Rio Frio*.

*
* *
*

Nos períodos anormais criados pela guerra de 1914 e pela actual, têm-se deparado à nossa Sociedade inúmeras ocasiões de colaborar intimamente com as entidades oficiais em face da grave situação do abastecimento público de produtos de primeira necessidade.

Graças à descentralização das nossas sucursais, que se distribuem, como VV. Ex.^{as} decerto sabem, por todos os bairros da cidade, e se situam tanto no aristocrático Chiado como na viela mais humilde de Alfama, foi possível, num dado momento em que as «blehas» se tornavam já nota desagradável da vida lisboeta, acabar com essas aglomerações de povo, graças à medida, tomada pela Intendência, de fazer afluir aos nossos estabelecimentos os géneros mais em procura e distribuí-los racionalmente.

Iniciámos até o sistema de senhas e de captações, depois ampliado e muito melhorado pela instituição das cartas de racionamento, emitidas pela Intendência.

Foi-nos, assim, confiado um posto de responsabilidade na primeira fila da luta contra a especulação e o açambarcamento, e do qual nos temos desempenhado com o entusiasmo que sempre pômos ao serviço da Grei.

No entanto, nem sempre o nosso zêlo tem sido bem compreendido por parte dos organismos oficiais, nem tão pouco os nossos esforços avaliados na medida em que gostaríamos que o fôsem, não por mera vaidade ou desejo de louvaminha, mas apenas por um sentido de justiça bem natural, e que supomos VV. Ex.^{as} compreenderão, pois é próprio da natureza humana.

*
* *
*

Resta-nos, agora, agradecer reconhecidamente a VV. Ex.^{as} a visita que nos fizeram e dizer quanto apreçamos a acção do valioso Grupo dos «Amigos de Lisboa», por tornar conhecidas não só as obras de arte e os monumentos

da capital, como também as suas organizações comerciais, entre as quais a bondade dos seus ilustres dirigentes quis colocar a nossa firma.

Temos esperança que VV. Ex.^{as} levem simpáticas recordações desta visita e como bons lisiponenses passem, daqui em diante, a falar do Poço do Bispo como de uma zona em que se faz o possível por prestigiar Lisboa no seu aspecto comercial, que aliás sempre lhe assegurou, através dos séculos, posição de indiscutível relêvo.

Termino com um «muito obrigado» a VV. Ex.^{as} e um «hurrah» pelo Grupo dos «Amigos de Lisboa», pelo seu ilustre Presidente e, finalmente, por Lisboa, a mui nobre e leal cidade de Lisboa!

«A NOSSA LISBOA»

por GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA e LUIZ PASTOR DE MACEDO
é um livro que deve ser lido por todos os «Amigos de Lisboa»

TITULOS DOS CAPÍTULOS:

Elogio de Lisboa — A Madragoa e o Vicente Borga — Uma entrevista com o Arco do Marquês de Alegrete — A Perna de Pau, o Pé de Ferro e o Braço de Prata — O homem que mandou fazer a Avenida da Liberdade — Lisboa e os seus poetas — Os becos da Cancela — Camilo e a «Caveira da Mártir» — A cidade e o sol — A santa Feição da Ladra — O escritório do Dr. Cândido de Figueiredo — Justiça Pombalina — Uma curiosa descrição do Palácio da Regência em 1836 — Do João da Mata ao João do Grão — As cristaleiras — A aula da Picadura — As sangrias — Lisboa e os bichos — Dos reis de Beni às pretas do mexilhão — Notícias e registos curiosos dos livros paroquiais — Neve, sorvetes e caramelos — O morgado de Santo Onofre — Os nomes misteriosos das ruas — A formosa Horta das Tripas — Do Marrare do Arco do Bandeira ao «Francfort» de Santa Justa — A «frasca» das freiras Francesinhas — O velho Abreu dos cabos e a sua descendência — O pintor Nuno Gonçalves e o largo do Directório — A velha freguesia da Conceição Nova — A casa onde nasceu Rafael Bordalo Pinheiro — Sonho de uma noite de Inverno — Tinop — Sua Magestade o Trânsito — As Manas Perliquitetes — A História do Terreiro do Paço narrada em quinze minutos.

Edição da PORTUGÁLIA EDITORA

LISBOA

vista pelos estrangeiros

Uma descrição da cidade

por TIRSO DE MOLINA

Extraída da XI cena do 1.º acto de
«EL BURLADOR DE SEVILHA»

Rey.

Es buena tierra

Lisboa?

D. Gonz. La mayor ciudade de España:
Y si mandas que diga lo que he visto,
De lo exterior y célebre, en un punto
En tu presencia te pondré un retrato.

Rey. Yo gustaré de oïllo, dadme silla.

D. Gonz. Es Lisboa una octava maravilla.
De las entrañas de España,
Que son las tierras de Cuenca,
Nasce el caudaloso Tajo,
Que media España atraviesa
Entra en el mar Océano
En las sagradas riberas
De esta ciudade, por la parte
Del sur; mas antes que pierda
Su curso y su claro nombre,
Hace un cuarto entre dos sierras,
Donde están de todo el orbe
Barcas, naves, caravelas.
Hay galeras y saetías
Tantas, que desde la tierra
Parece una gran ciudad,
Adonde Neptuno reina.
A la parte del poniente
Guardan el puerto dos fuerzas,
De Cascaes y Sangian,
Las mas fuentes de la tierra.
Está desta gran ciudad
Poco mas de media legua,

Belen, convento del santo
Conocido por la piedra,
Y por el león de guarda,
Donde los reyes y reinas,
Católicos y cristianos,
Tienen sus casas perpetuas.
Luego esta máquina insigne,
Desde Alcántara comienza
Una gran legua á tenderse
Al convento de Jobregas.
En medio está el valle hermoso,
Coronado de tres cuevas,
Que quedará como Apales,
Cuando pintar las quisiera.
Porque miradas de lejos
Parecen piñas de perlas,
Que están pendientes del cielo,
En cuya grandeza inmensa
Se ven diez Romas cifradas
En conventos y en iglesias,
En edificios y calles,
En solares y encomiendas,
En las letras y en las armas,
En la justicia tan recta,
Y en una misericordia,
Que está honrando su ribera.
Y en lo que yo mas alabo
Esta máquina soberbia,
Es que del mismo castiño,
En distancia de seis leguas,
Se ven sesenta lugares
Que llega el mar á sus puertas,
Uno dos los cuales es
El convento de Olivelas,
En el cual vi por mi ojos
Seiscientas y treinta celdas;
Y entre monjas y beatas,
Pasan de mil y doscientas.
Tiene desde allí á Lisboa,
En distancia muy pequeña,
Mil y ciento y treinta quintas,
Que en nuestra provincia bética
Llaman cortijos, y todas

Con sus huertos y alamedas.
En medio de la ciudad
Hay una plaza soberbia
Que se llama el Ruzio,
Grande, hermosa, y bien dispuesta,
Que habrá cien años, y aun mas,
Que el mar bañaba su arena;
Y ahora de ella á la mar
Hay treinta mil casas hechas,
Que perdiendo el mar su curso,
Se tendió á partes diversas.
Tiene una calle que llaman
Rua Nova, ó calle Nueva,
Donde se cifra el Oriente
En grandezas y riquezas;
Tanto, que el rey me contó
Que hay un mercader en ella,
Que, por no poder contarlo,
Mide el dinero á fanegas.
El terrero, donde tiene
Portugal su casa regia,
Tiene infinitos navios,
Varados siempre en la tierra,
De solo cebada y trigo
De Francia y Anglaterra
Pues el palacio real,
Que el Tajo sus manos beja,
Es edificio de Ulises,
Que basta para grandeza,
De quien tomó la ciudad
Nombre en latina lengua,
Llamándose Ulisibona,
Cuyas armas son la esfera
Por pedestal de las llagas
Que en la batalla sangrienta,
Al rey don Alonso Enriquez
Dió la Magestad inmensa.
Tiene en su grand tarazana
Diversas naves, y entre ellas
Las naves de la conquista,
Tan grandes, que la tierra
Miradas, juzgan los hombres
Que tocan en las estrallas.

Y lo que desta ciudad
Te cuento por escelencia,
Es que estando sus vecinos
Comiendo, desde las mesas
Ven los copos del pescado
Que junto á sus puertas pescan,
Que bullendo entre las redes,
Vienen á estrarse por ellas.
Y sobre todo, al llegar
Cada tarde á su ribera
Mas de mil barcos cargados
De mercancías diversas,
Y de sustento ordinario,
Pan, aceite, vino, y leña,
Frutas de infinita suerte,
Nieve de Sierra da Estrella,
Que por las calles á gritos,
Puesta sobre las cabezas,
La venden; mas ¿ qué me canso ?
Porque es contar las estrellas
Querer contar una parte
De la ciudad opulenta.
Cienta y treinta mil vecinos
Tiene, gran señor, por cuenta.
Y por no cansarte mas,
Un rey, que tus manos beja.

Relatórios apresentados à última Assembleia Geral

DA JUNTA DIRECTIVA

Presados Consócios:

Nos termos dos nossos Estatutos vimos apresentar a V. Ex.^{aa} o relatório relativo à actividade do Grupo no ano de 1944 e as respectivas contas.

Temos o prazer de vos anunciar que a nossa instituição, ainda que muito jovem, continua a manter e solidificar o prestígio que em poucos anos alcançou, graças a uma congregação de esforços, que vem desde as primeiras gerências, não só dos corpos directivos, como de várias individualidades que lhe deram o seu sábio concurso, quer realizando conferências, quer dirigindo visitas de estudo, quer colaborando no «OLISIPO».

O verdadeiro barómetro pelo qual melhor se pode aferir o interesse que o Grupo vem sucessivamente despertando, é o aumento constante da sua população associativa como se pode ver pelo quadro seguinte:

Existiam em 1 de Janeiro	1.078 sócios
Existem em 31 de Dezembro	1.208 sócios.

Podemos hoje afoitamente afirmar, que as directrizes por que se tem orientado a finalidade deste Grupo, fizeram crescer dentro «e fora» dele, um movimento de interesse pela história e investigação lisiponense. Ao lado dos mestres consagrados, surgiram «novos», que vieram desvendar e completar velhas interrogações, com trabalhos de indiscutível merecimento.

Nunca poderá dizer que a história de Lisboa está concluída, mas muitos conceitos deformados pelo tempo vistos agora à luz de investigações sérias, encontraram adequadas interpretações.

O Grupo «Amigos de Lisboa» orgulha-se justificadamente de ter contribuído para este «desideratum», mas isso não quer dizer que a sua actividade se tenha fechado dentro do campo de erudição, só acessível a mentalidades profundas. Pelo contrário, através das visitas de estudo e das conferências se tem procurado sempre assunto próprio para todos os que não desejando classificar-se de estudiosos, se interessam, naturalmente, por mais ligeiros subsídios de cultura.

Essa prova, com a qual a Junta Directiva vivamente se congratula, é que tanto as visitas como as conferências, continuam a notabilisar-se por uma concorrência tal, que às vezes tem obrigado a desdobramentos.

Como de costume, e já de forma a constituir tradição, o Grupo foi convidado para várias cerimónias, quer oficiais, quer particulares, em que sempre se fez representar, e continuou a receber pedidos de colaboração para vários fins.

O nosso boletim «OLISIPO» enriquecido com uma nova capa do distinto consócio Almada Negreiros tem saído com a habitual regularidade, gratuitamente expedido para todos os sócios, e regosijamo-nos de saber que cada dia vai ganhando maior valor bibliográfico, se assim podemos depreender de certas cotações por êle atingidas em leilões de livros e dos alfarrabistas.

A Junta Directiva efectuou normalmente as suas reuniões, para tratar de vários assuntos que se lhe apresentam a decidir e a estudar. Dentre êles ocupou o primeiro lugar, o que se prende com as comemorações do 8.º Centenário da Tomada de Lisboa, a cujo propósito se realizaram já conferências com algumas entidades oficiais.

Mantivemos neste passado ano a nossa convenção com a Câmara Municipal de Lisboa, como depositários das suas publicações, a inteiro contento de ambas as partes.

Continuámos a participar da Feira Anual do Livro, na Avenida da Liberdade, expondo em barraca própria as edições do Grupo e seus sócios, as da Câmara Municipal de Lisboa e algumas da Imprensa Nacional, empreendimento que cada ano que passa, se reveste de maior êxito.

A nossa biblioteca — que hoje se pode já considerar bastante valiosa — foi enriquecida com a aquisição de obras próprias da índole do Grupo e com outras provenientes de atenciosos ofertantes, a quem renovamos aqui o nosso profundo reconhecimento. As obras adquiridas e algumas encadernações, durante êste ano atingiram o montante de 9.304\$60 escudos.

Cabe neste Relatório um voto de agradecimento aos vários sócios que prestaram o seu concurso ao desenvolvimento do núcleo associativo, propondo a inscrição de novos elementos.

Deploramos ter de vos anunciar o falecimento dos seguintes Consócios:

António dos Santos Tavares de Macedo, Almirante Alfredo Pedreira Caçador, Dr. Manuel de Vasconcelos, Manuel Henriques de Carvalho, António Martins Nogueira, Comandante Filipe Trajano Vieira da Rocha, D. Leopoldina da Conceição Fernandes, António Marciano Acabado, Padre Domingos M. Fernandes Nogueira, Eng. Fernando de Almeida Vasconcelos e Vítor Marques.

Na parte que se refere a contas verão os nossos dignos Consócios que houve um aumento sensível na despesa, aumento que não provém apenas duma alta de um aumento sensível na despesa, aumento que não provém apenas duma alta geral de preços, mas sobretudo da edição de «OLISIPO», que se mantém com o mesmo formato e número de páginas, e com a situação do pessoal da Secretaria, que houve evidentemente que melhorar, atendendo ao valioso e dedicado concurso que sempre tem prestado à Junta Directiva.

Importa salientar que as visitas de estudo e as conferências, cujo número —

apesar de tudo — se não diminuiu, implicam gastos por vezes avultados com alto-falantes, máquinas de projectar, etc.

Apesar de tudo foi possível chegar ao fim do exercício com um saldo positivo de Esc. 3.389\$45.

Exposto tudo quanto importava consignar neste Relatório temos a honra de propôr o seguinte:

- 1.º — Que vos manifesteis sôbre este Relatório.
- 2.º — Que vos associeis a um voto de pesar pela perda dos onze sócios falecidos durante o ano.
- 3.º — Que aproveis um voto de reconhecimento à distinta Comissão de Contas pela sua atenciosa colaboração.
- 4.º — Que o saldo do exercício, no valor de 3.389\$45, transite para o ano de 1945.

Lisboa, 15 de Janeiro de 1945

A BEM DE LISBOA

O Director-Tesoureiro

(a) HUGO RAPOSO

DA COMISSÃO DE CONTAS

Na mesma ocasião foi apresentada pela Comissão de Contas composta pelos Srs. dr. Joaquim Fontes, Henriques Marques Júnior e Teodoro Lopes Ramos, o respectivo relatório que depois de se referir à actividade desenvolvida pelo Grupo em 1944, propôs o seguinte:

- 1.º — Aprovação do Relatório e Contas da Junta Directiva;
- 2.º — Um voto de louvor à Secção de Movimento Cultural e de Propaganda;
- 3.º — Um voto de pesar pelos «Amigos de Lisboa» falecidos em 1944.

AGÊNCIA HÉLICE

DE

ALFREDO RODRIGUES
DOS SANTOS

COMÉRCIO
IMPORTAÇÃO
EXPORTAÇÃO

CORRETOR DE SEGUROS

REPRESENTAÇÕES NACIONAIS
E ESTRANGEIRAS

Agentes exclusivos da
BRITISH PAINTS, LTD.

Avenida da Liberdade, 59
Telefone 22119 — LISBOA

OS PRODUTOS da:

Companhia Portuguesa de Tabacos

SÃO OS PREFERIDOS
PELO FUMADOR EXIGENTE

PICADOS: «Superior», «Francês»,
«Virgínia», «Duque», «Holandês» e
«Águia»

CHARUTOS: «Irene» e «Argonautas»

Cigarrilhas

Gamas, Avis, Diana, Legionários,
Delta, Eureka, Menta, Lusos, Pro-
visórios, Sporting, Navalistas, Ele-
gantes, Turquesas, Tip-Top, Tagus,
Serejás, Luxo, Sado, Argus, Ases, Sagres, Chic,
Lisboa P, Peitoral.

SÃO MARCAS DA

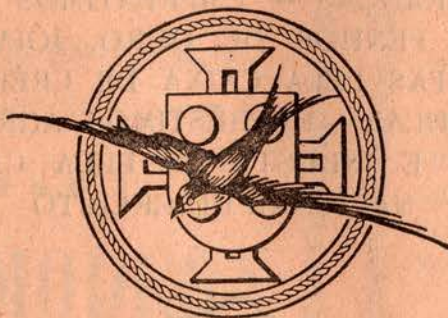
Companhia Portuguesa de Tabacos

Arrendatária das Fábricas
e marcas de Tabacos do Estado

DOMINGUEZ & LAVADINHO, LD.^A

PAPELARIAS
nacionais e es-
tranjeiras

**TINTAS DE
ESCREVER**
nacionais e es-
tranjeiras



FÁBRICA de
sobrescritos, ma-
nipulação de pa-
péis de escrever
e sacos de papel

**PAPEIS QUIMI-
COS,** Lápis, artigos
de escritório e de
desenho

SEDE: Rua da Assunção, 79 a 85 e Rua dos Sapateiros, 135 a 143

TELEFONES: 25201/02

FÁBRICA: Av. Casal Ribeiro, 18 a 24 — LISBOA

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS CRÉDITO E PREVIDÊNCIA

Estabelecimento Autônomo do Estado



Serviços anexos { Caixa Nacional de Crédito
Caixa Nacional de Previdência

Telefone (P. B. X.) 26181 a 26189



DEPÓSITOS À ORDEM E A PRAZO —
EMPRÉSTIMOS HIPOTECÁRIOS E SO-
BRE PENHOR DE TÍTULOS — OPE-
RAÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS E
COBRANÇAS — EMPRÉSTIMOS SO-
BRE PENHOR DE OURO, JÓIAS E
PRATAS PELA CAIXA DE CRÉDITO
POPULAR — EMPRÉSTIMOS AGRÍCO-
LAS E INDUSTRIAIS PELA CAIXA
NACIONAL DE CRÉDITO



Filiais em tôdas as sedes de Distrito

Agências e delegações nas sedes dos Concelhos

Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa

S. A. R. L.

Capital: 80.000.000\$00 ◀ Fundos de Reserva: 64.800.000\$00

SEDE: 95, Rua do Comércio, 119 — LISBOA

Filiais — Pôrto, Coimbra, Braga, Faro e Covilhã

Agências — Abrantes, Estoril, Gouveia, S. João da Madeira, Santarém, Tôrres Novas, Mangualde, Tôrres Vedras, Tartozendo, Moura, Figueiró dos Vinhos, Matozinhos e Olhão

Dependências urbanas (LISBOA) — Alcântara, Almirante Reis, Benfica, Conde Barão e Poço do Bispo

EFECTUA TODAS AS OPERAÇÕES BANCÁRIAS

MOVEIS DE MADEIRA PARA ESCRITÓRIO

SEMPRE EM EXPOSIÇÃO
ORÇAMENTOS GRÁTIS

THE MODERN OFFICE, L.^{TD}

Telef. 23465

Rua do Alecrim, 107 — LISBOA

COMPANHIA ALCOBIA

Fornecedores dos melhores
e mais lindos mobiliários

CÓMODAS DE ESTILO — PORCELANAS
DE SAXE — ESPELHOS DE VENEZA —
CANDEEIROS DE CRISTAL, DE FERRO
FORJADO E DE MADEIRA — TAPEÇARIAS —
MARQUISSETTES E VOILES SUÍÇOS — CARPETES DE LA

Campanhia **ALCOBIA**

R. Ivens, 14 (esquina da Rua Capêlo)

Telef. 2 6441

Empresã Insulana de Navegaçaõ

CARREIRAS REGULARES ENTRE Lisboa, Madeira e Açores

Escalas e datas das saídas dos vapores:

Em 8 de cada mês para: Madeira, Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa, (Santa Cruz), S. Jorge, (Calheta), Lages do Pico e Faial.

Em 23 de cada mês para: Madeira, S. Miguel, Terceira, Graciosa (Praia) S. Jorge (Velas), Caiç do Pico, Faial, Côrvo e Faial (Lages e Santa Cruz).

A escala da ilha do Côrvo só se efectua nos meses de Maio, Junho, Julho, Agôsto e Outubro, tocando também o vapor naquele pôrto no mês de Fevereiro só para troca de correspondência e serviço de passageiros.

AGENTES:

GERMANO SERRÃO ARNAUD

Carga e passagens de 3.^a classe

Avenida 24 de Julho, 2, 2.^o

Telef. 20214

Passagens de 1.^a e 2.^a classes

Rua Augusta, 152

Telef. 20216

Na Madeira

BLANDY BROTHERS & C.^o

Em Ponta Delgada

BENSAUDE & C.^a

PORTO DE LISBOA

(ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Áreas — Molhada 11.150 hectares: terrestre utilizável 2.000 Ha. sendo 10 Ha. de área coberta.

Vias férreas: Superior a 40 km. de comprimento ligadas à rede ferroviária do País.

Cais acostáveis — Comprimento total de cêrca de 13 km.

Docas sêcas: Cinco, de comprimento entre 42 e 180 metros.

Docas de abrigo: Sete, com 45 Ha. de área molhada total.

Carreiras de construção — Três, respectivamente, com 87, 120 e 150 metros de comprimento.

Oficinas de construção e reparação naval: Amplas e convenientemente aparelhadas.

Guindastes: Hidráulicos, a vapor e eléctricos, terrestres e flutuantes, cuja potência elevatória varia de 1.500 kg. a 100.000 kg.

Material marítimo: Rebocadores, dragas, barcas de água e batelões diversos, cilindros impulsores, etc.

Warrants: Faculdade de emitir warrants, nos termos do Código Comercial.

ADMINISTRAÇÃO GERAL DO PORTO DE LISBOA — Cais do Sodré

TELEFONES 2 5001/3 e 2 5655/6

Enderêço telegráfico: «PORTISBOA»

A Embelezadora Moderna

Propriedade e Direcção Técnica de

BENJAMIM GOMES

Avenida Miguel Bombarda, 165-A—LISBOA

TELEFONE 5 2402

CASA ESPECIALIZADA EM ENCERAMENTOS DE SOALHOS E MOBÍLIAS

Aplinar, raspar, imitar à inglesa, encerar e lusturar

VENDEM TODOS OS ARTIGOS DE LIMPEZA

Passadeiras, Tapêtes, Ceras para soalhos, etc., etc.

Distribuidores do produto

“EMBELEZITA”

A mais barata de tôdas

A melhor cera para soalhos, mobílias, oleados, corticite, etc.

A única cera que não se pega aos pés e que conserva os soalhos na côr primitiva

UMA EXPERIÊNCIA CONVENCERÁ!

Companhia do Papel do Prado

S. A. R. L.

**Proprietária das Fábricas do Papel do Prado e Mariancia (Tomar),
Penedo e Casal Estivo (Lousã), Vale Maior (Albergaria-a-Velha)**

Premiada em tôdas as exposições a que tem concorrido :

Medalhas de Ouro : Exposição Universal de Paris de 1900,
Universal dos Estados Unidos do Brasil de 1908 e
Industrial Portuguesa de 1929

**Execução rápida de papéis em todos os géneros, tendo
sempre em armazém papéis para tôdas as aplicações**

Especialidade em papéis de máquina contínua,
de escrever, de impressão, manilhas, afiches
e imitação de «Couché»; Papel de côr para
capas; Papéis de embrulho; Papel Kraft; Vege-
tal; Papelão palha; Papéis de máquina redonda
almoços, Leornes, mezenas, etc. À venda em todos
os estabelecimentos de papelaria e armazéns

Telefones: DIRECÇÃO 2 3623 — Armazém 2 2332

Escritório 2 2331 — Do Estado 188

Rua dos Fanqueiros, 270 a 278-2.º

Escritório e Depósito: SEDE

LISBOA

49, Rua Passos Manuel, 51

PORTO

Esta revista é impressa em papel da

COMPANHIA DO PAPEL DO PRADO

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PRODUTORES DE TRIGO

Criada por Decreto-Lei n.º 22.871, de 24 de Julho de 1933, o seu estatuto fundamental foi reproduzido com as alterações julgadas convenientes por Decreto-Lei n.º 24.949 de 10 de Janeiro de 1935.

Este Organismo tem orientado a sua actividade no sentido de corresponder plenamente aos salutaros princípios preconizados por Salazar — «Mais e Melhor».

Desde o seu início a F. N. P. T. movimentou até ao fim de 1944 nas diversas operações do seu labor, o avultado capital de:

Esc. 24.236.573.055\$00

Pagou à Lavoura em bónus concedidos sobre os adubos utilizados nas sementeiras, desde o ano de 1936:

Esc. 214.126.142\$33

Entregou para as Casas do Povo desde o ano de 1936:

Esc. 11.260.599\$17

Concedeu à F. N. A. T. desde Março de 1936 até Dezembro de 1944 o subsídio de:

Esc. 571.000\$00

Os «Amigos de Lisboa»,

Preferem, para os seus seguros, a

IMPÉRIO



Uma Companhia de Seguros que honra Lisboa

ESTABELECIMENTOS

Jerónimo Martins & Filho, Lda.

GRANDES ARMAZÉNS DE VÍVERES

PAPELARIA E PERFUMARIA

IMPORTAÇÃO — EXPORTAÇÃO

Fornecedores de mantimentos para navios

Teleg. Víveres

Telef. do Estado 259

P B X 23241/2/3
28248

13, Rua Garrett, 23 — LISBOA

ESTORIL

COSTA DO SOL

a 23 quilómetros de Lisboa
Excelente estrada marginal
Rápido serviço de combóios eléctricos
Clima excepcional durante todo o ano

Todos os desportos: Golf, (15 buracos), Ténis, Hipismo, Natação, Esgrima, Tiro, etc.

Estoril-Palácio-Hotel: Moderno e elegante — Magnífica situação.

Hotel do Parque: Todo o confôrto — Anexo às termas.

Monte Estoril-Hotel: (antigo Hotel de Itália) completamente modernizado.

Estoril-Termas
Estabelecimento Hidro-Mineral e Fisioterápico. Análises
Clínicas — Gimnástica Médica — Maçagens.

Tamariz: Magníficas esplanadas sôbre o mar. Restaurante — Bar.

PISCINA de água tépida — SALA de ARMAS
ESCOLA DE EQUITAÇÃO — STANDS DE TIRO

CASINO:

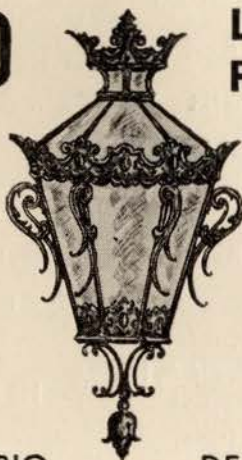
Aberto todo o ano
Cinema — Concertos — Festas
Dancing — Restaurante — Bars
Jogos autorizados

Informações: — Soc. Propaganda da Costa do Sol — ESTORIL.

TEODORO

L O P E S R A M O S

O MAIS ANTIGO
FABRICANTE
DE LANTERNAS
estilos, D. JOÃO V,
RENASÇENÇA,
POMBALINO,
D. MARIA I
etc.



FORNECEDOR de
LANTERNAS para
MINISTÉRIO, O. P.
PALÁCIO de QUE-
LUZ, POUSADAS de
TURISMO, S. P. N.
PALACIOS e SOLA-
RES PORTUGUE-
SES, etc.

119 - R. DO DIARIO

DE NOTICIAS - 119

(ESQUINA DA TRAVESSA DA QUEIMADA)

LISBOA

Efectue os seus seguros na Ultramarina

É uma Companhia Portuguesa
de capitais portugueses
administrada por portugueses

**AS MAIORES RESERVAS LIVRES DE
TÓDAS AS COMPANHIAS NACIONAIS**

Sede em Lisboa—R. da Prata, 108—Telef. P. A. B. X.—23348/6

Bertrand (Irmãos), L.^{da}

Fotogravura
Tipografia
Fotólito
Desenho

T. Condessa do Rio, 27 — Telef.-21368 21227

Cutelararia Reis

(Novo estabelecimento)
de JOÃO REIS
Sempre as mais recentes
novidades. Artigos nacio-
nais e estrangeiros para
brindes
CUTELARIAS - PERFUMARIAS
Rua Ivens, 8
LISBOA Tel. 27217



Leilões de livros

Procure, para venda dos
seus livros, a única forma
de os colocar bem.

ARNALDO HENRI- QUES DE OLIVEIRA

Já fez 116 leilões
L. do Calhariz, 14
Telef. 2 8477

COMPANHIA COLONIAL DE NAVEGAÇÃO

SERVIÇO DE CARGA E PASSAGEIROS

Funchal, S. Tomé, Sazaire, Luanda, Pôrto Amboim, Lo-
bito, Mossamedes, Lourenço Marques, Beira e Moçambi-
que, e para mais portos da Costa Ocidental e Oriental,
sujeitos à baldeação em Luanda e Lourenço Marques.

LINHA RÁPIDA DA COSTA OCIDENTAL.

SAÍDAS MENSAS REGULARES, COM ESCALA POR:
Príncipe, S. Tomé, Ambriz, Luanda, Pôrto Amboim, Novo
Redondo, Lobito e Benguela, e demais portos da Costa
Occidental, sujeito a baldeação em Luanda.

LINHA DA GUINÉ

SAÍDAS MENSAS REGULARES, COM ESCALA POR:
S. Vicente, Praia, Bissau e Bolama.

FROTA

VAPORES DE PASSAGEIROS:	VAPORES DE CARGA:
«Serpa Pinto» . . . 8.267 ton.	«Lugela» 8.340 »
«Mousinho» 8.374 »	«Humbano» 7.060 »
«Colonial» 8.309 »	«Luango» 7.056 »
«João Belo» 7.540 »	«Pungue» 6.290 »
«Guiné» 3.200 »	«Bailundo» 5.650 »
	«Malange» 5.050 »
	«Lobito» 4.200 »
	«Buzi» 2.160 »
	«Sena» 1.420 »
	«Mincondó» (cos- teiro) 270 »

ESCRITÓRIOS:

LISBOA
Rua do Instituto Vergílio Machado, 14
(à Rua da Alfândega)
Telefone 2 0052

PORTO
RUA INFANTE D. HENRIQUE, 9
Telefone 2 324

Alberto Alves Natário

Encadernações simples e de luxo

Vivenda Yolanda
Bairro da Mina
AMADORA



CASA dos PANOS

A PRIMEIRA CASA
DA ESPECIALIDADE
Sortimento completo em
panos brancos e de côr
e em linhos de tôdas as
larguras
45, R. DOSFANQUEIROS, 49
(ô esquina da Rua de S. Julião)

Miguel A. Fraga, L.^{da} R. da Palma, 26-28—LISBOA

Ourivesaria, reiojoaria e joalharia
Grande sortido em MONOGRAMAS
Em ouro e prata para carteiras
Há sempre jóias em 2.^a mão

Compra-se Ouro, Prata
e Brilhantes

Descontos especiais a todos
os «Amigos de Lisboa»

Especialidade em Anéis, Meda-
lhas, Alfinetes, etc., com retra-
tos esmaltados

Tudo mais barato

Ourivesaria da Guia

FUNDADA EM 1875

JÓIAS — OURO — PRATAS — RELÓGIOS

Rua Martim Moniz, 2-10 / Telefone 28336